

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE ARRAIOLOS



Caderno II - Plano de Ação

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI)	3
2.1. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	4
2.2. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Gestão Territorial	6
3. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa contra Incêndios Florestais	8
3.1. Modelos de Combustíveis Florestais	8
3.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal	11
3.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal	12
3.2.2. Risco de Incêndio Florestal	13
3.3. Prioridades de Defesa	14
4. Objetivos e Metas do PMDFCI	16
4.1. Identificação da Tipologia do Concelho	16
4.2. Objetivos e Metas do PMDFCI	17
5. Eixos Estratégicos	18
5.1. Eixo 1 - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	19
5.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)	20
5.1.2. Planeamento das Ações Referentes ao 1.º Eixo Estratégico	28
5.2. Eixo 2 - Redução da Incidência dos Incêndios	36
5.2.1. Avaliação	37
5.2.2. Planeamento das Ações Referentes ao 2.º Eixo Estratégico	39
5.3. Eixo 3 - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios	43
5.3.1. Avaliação	44
5.3.2. Planeamento das Ações Referentes ao 3.º Eixo Estratégico	49
5.4. Eixo 4 - Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas	50
5.4.1. Avaliação	51
5.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4.º Eixo Estratégico	52
5.5. Eixo 5 - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	55
5.5.1. Avaliação	55
5.5.2. Planeamento das Ações Referentes ao 5.º Eixo Estratégico	56
6. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI	60
7. Bibliografia	61
8. Acrónimos	63
Anexo	65

Índice de Figuras

Figura 1. Modelos de combustíveis florestais	10
Figura 2. Componentes do modelo de risco	11
Figura 3. Perigosidade de incêndio florestal	13
Figura 4. Risco de incêndio florestal	14
Figura 5. Prioridades de defesa	15
Figura 6. Rede de FGC e MPGC	23
Figura 7. Rede viária florestal	25
Figura 8. Rede de pontos de água	26
Figura 9. Silvicultura no âmbito da DFCI	27
Figura 10. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 1)	28
Figura 11. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 2)	29
Figura 12. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 3)	29
Figura 13. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 4)	30
Figura 14. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 5)	30
Figura 15. Áreas prioritárias de fiscalização	40
Figura 16. Vigilância e deteção - bacias de visão dos postos de vigia	44
Figura 17. Potencial tempo de chegada para 1.ª intervenção	46

Índice de Quadros

Quadro 1. Objetivos e metas do PMDFCI-----	17
Quadro 2. Exceções para implantação de edificações-----	22
Quadro 3. Área total ocupada por Faixas de Gestão de Combustível -----	22
Quadro 4. Intervenção nas FGC e MPGC para o período de vigência do plano -----	31
Quadro 5. Intervenções na RVF, para o período de vigência do plano -----	33
Quadro 6. Metas e indicadores para a rede de FGC e MPGC, RVF e RPA-----	34
Quadro 7. Estimativa de orçamentos e responsáveis pela execução da RDFCI -----	35
Quadro 8. Identificação dos comportamentos de risco-----	38
Quadro 9. Ações de sensibilização -----	39
Quadro 10. Metas anuais para ações de sensibilização -----	41
Quadro 11. Metas anuais para as ações de fiscalização-----	41
Quadro 12. Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização-----	42
Quadro 13. Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de fiscalização-----	42
Quadro 14. Índice entre o número de incêndios florestais e o número de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2014) -----	45
Quadro 15. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2014)-----	47
Quadro 16. Identificação do número de reacendimentos, por ano no período 2001-2014-----	48
Quadro 17. Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - metas e indicadores-----	49
Quadro 18. Vigilância, deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - orçamento e responsáveis-----	49
Quadro 19. Identificação das necessidades de formação dos agentes locais do SDFCI -----	55
Quadro 20. Competências de coordenação e competências significativas na implementação das diferentes ações -----	57
Quadro 21. Orçamento do programa de formação-----	59
Quadro 22. Calendarização da atividade da CMDFCI-----	59
Quadro 23. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI -----	60



Índice de Gráficos

Gráfico 1. Valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para 1.ª intervenção nas fases de perigo -
Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo _____ 47

1. Introdução

O Caderno II – Plano de Ação corresponde ao documento mais importante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e surge na continuidade do Caderno I (Informação de Base) que caracteriza o concelho de Arraiolos na perspetiva florestal, mais concretamente, na Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

O principal objetivo do presente volume é a apresentação de propostas que visam estruturar o modelo florestal do concelho de Arraiolos com vista à redução da eclosão de incêndios florestais, proteção das atividades humanas, valorização da floresta e ordenamento florestal.

Para a realização deste documento foi tido em consideração essencialmente, o Guia Metodológico para a Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios disponibilizado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), em 2012, e o Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, que define o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As ações preconizadas neste documento inserem-se num programa operacional que diz respeito a orçamentos e cronograma temporal, correspondente a um período de cinco anos.

Por sua vez, o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, (alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, novamente alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83/2014, de 23 de maio) aponta um conjunto de medidas a aplicar nas áreas florestais, nomeadamente, definição e hierarquização das infraestruturas florestais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), mais precisamente a rede viária florestal, pontos de água, operações de silvicultura preventiva, como também o condicionamento da circulação de pessoas e veículos, a proibição de realização de queimas e queimadas durante o período crítico de incêndios e a aposta na informação e sensibilização das populações.

Assim, a estrutura deste documento irá refletir sobre:

- ✦ **Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território:** neste capítulo serão abordados os três cartogramas mais importantes na definição das estratégias a estabelecer para o período de cinco anos, a saber: carta de modelos de combustíveis, carta de risco de incêndio estrutural e carta de prioridades de defesa contra os incêndios florestais;
- ✦ **Objetivos e metas do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:** cumprindo o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, que enuncia a estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios;
- ✦ **Eixos estratégicos:** é o principal capítulo que engloba os seguintes subcapítulos:
 - 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:** definição de estratégias relacionadas com a prevenção do risco de incêndio através do conhecimento das infraestruturas florestais existentes e posterior análise das necessidades ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI). Neste mesmo subcapítulo serão definidas quais as áreas sujeitas à redução de risco de incêndio de acordo com o definido pela legislação;

2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios: serão abordadas as principais ações a tomar na área da sensibilização e fiscalização;

3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios: estabelecimento do plano de ação vocacionado para a área da deteção, vigilância, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio, aspetos que deverão ser incluídos no Plano Operacional Municipal (POM) que é atualizado anualmente;

4.º Eixo - Recuperação e reabilitação dos ecossistemas: definição de medidas gerais no âmbito da recuperação de áreas ardidas;

5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz: apresentação dos planos anuais de cada entidade integrante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos.

2. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI)

O presente documento é parte integrante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos (PMDFCI de Arraiolos), elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no quadro legal em vigor, mais concretamente o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, novamente alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83/2014, de 23 de maio) e o Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, que define o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos é o instrumento orientador das ações de ordenamento e gestão do espaço florestal direcionado especificamente para a vertente de defesa contra incêndios florestais.

Este Plano a estratégia de defesa contra incêndios florestais para o território do concelho, sustentada na análise das necessidades específicas do espaço florestal, desenvolvida nos capítulos de caracterização e análise do risco, e nas determinações legais do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção das Florestas Contra Incêndios.

Sendo o documento base de um processo contínuo de execução de intervenções dirigidas aos objetivos delineados, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem carácter dinâmico, que será traduzido pela monitorização da concretização e pela atualização anual.

O presente documento estabelece a estratégia para a defesa da floresta contra incêndios, articulando diferentes componentes do sistema de planeamento e defesa e distribuindo as responsabilidades por todas as entidades com valência e competências ao nível da gestão sustentável da floresta, nomeadamente: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Câmara Municipal de Arraiolos (CMA), a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos (AHBVA), a Guarda Nacional Republicana (GNR), os proprietários florestais e a população em geral.

A elaboração e gestão das ações preconizadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho de Arraiolos considera as orientações emanadas pelo Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) e estão enquadradas no sistema de planeamento e gestão territorial.

2.1. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

Os incêndios florestais têm reduzido nos últimos anos grande parte da riqueza produzida pelas florestas. Por este motivo, o principal desafio no setor florestal a curto prazo é o da redução dos riscos associados aos incêndios, e um dos grandes objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, que, sustentada por um conjunto de diplomas, concretiza uma série de medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos, que suportam a política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, operacionalizada através do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios a nível municipal.

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio e define os objetivos gerais de prevenção, pré-supressão e recuperação da floresta contra incêndios.

É um plano plurianual onde estão delineadas as políticas e medidas de defesa da floresta contra incêndios. Como tal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deve adaptar-se a este plano de âmbito nacional de modo a assegurar estabilidade das políticas, instrumentos, medidas e ações de gestão territorial.

No Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios considera-se que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é *“um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”*, que visa concretizar os objetivos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assente em cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas e comunidades;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Estes objetivos estão inseridos na reforma do setor florestal, que engloba propósitos mais amplos, entre os quais: garantir o envolvimento ativo dos cidadãos na defesa dos espaços florestais; promoção do ordenamento dos espaços florestais e a sua gestão sustentável; consolidação do sistema de prevenção, deteção e primeira intervenção na defesa da floresta contra incêndios; aproximação dos serviços às populações; e partilha de responsabilidades com as organizações do setor.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios define ainda, como um dos objetivos primordiais, o reforço da organização de base municipal, onde serão consolidadas e integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, através da elaboração e execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, considerando-o como *“um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”*.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos, apoiada pelo Gabinete Técnico Florestal e pelos Serviços Municipais de Proteção Civil desenvolveu o presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que é executado pelas diferentes entidades envolvidas, pelos proprietários e outros produtores florestais, transferindo para o território do Município a concretização dos objetivos distritais, regionais e nacionais da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, é concretizada através de um Plano Operacional Municipal (POM) que particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e regula a articulação entre entidades e organismos, com vista ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- Desenvolver um sistema de deteção e vigilância articulado e eficaz;
- Mobilizar rapidamente os meios de combate;
- Extinguir os incêndios na sua fase inicial;
- Diminuir o número de reacendimentos;
- Evitar o risco para a população, seus bens e atividades.

Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI)

O Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Évora visa estabelecer a estratégia distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e em consonância com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF - Alentejo Central). O planeamento distrital, através do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, desempenha a função de figura de planeamento intermédio, tem um enquadramento tático e caracteriza-se pela seriação e organização das ações e dos objetivos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra incêndios à escala distrital.

O planeamento municipal, através do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios, contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios, e inclui ações de prevenção, previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, em consonância com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Évora.

2.2. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Gestão Territorial

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF AC)

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF AC) é um instrumento de gestão territorial, onde são estabelecidas normas de intervenção e utilização dos espaços florestais, estabelecendo como objetivos gerais a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes, a definição das espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal, a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da erosão do solo e de áreas de valor ecológico, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.

O Município de Arraiolos é abrangido pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF AC), nos termos do Decreto Regulamentar n.º 36/2007, de 2 de abril.

Plano Diretor Municipal de Arraiolos (PDM)

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento definidor da política de ordenamento do território traduzida no respetivo modelo de organização e assente na identificação dos valores e recursos naturais e territoriais. O regime jurídico dos diversos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente, dos Planos Diretores Municipais encontra-se definido na seguinte moldura legal:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste quadro legal, encontra-se estabelecido que os Planos Municipais de Ordenamento do Território, e entre estes, os Planos Diretores Municipais, devem acautelar, nomeadamente, a programação e a concretização das políticas com incidência no território, promovidas pela Administração Central através de Planos Setoriais.

Apesar do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios não se encontrar enquadrado pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é, por força das disposições legais que o enquadra, transferido para o Plano Diretor Municipal um conjunto de obrigações:

- classificação e qualificação do solo definida no âmbito dos instrumentos de gestão territorial deve refletir a cartografia de risco de incêndio;
- delimitação e regulamentação da cartografia da rede regional de defesa da floresta contra incêndios e de risco de incêndio constantes do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

- construção de edificações destinadas a uso habitacional, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, fica sujeita às regras estabelecidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Plano de Ordenamento da Albufeira do Divor (POAD)

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Divor (POAD), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2005 de 06 de julho, é um Plano Especial de Ordenamento do Território e está essencialmente vocacionado para estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Divor (POAD) incide sobre o plano de água e respetiva zona de proteção com a largura de 500 metros contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota: 261 metros) e medida na horizontal, encontrando-se a totalidade da área integrada nos municípios de Arraiolos e Évora.

3. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa contra Incêndios Florestais

Neste capítulo é apresentada a carta de combustíveis florestais, a carta de perigosidade e risco de incêndio e a carta de prioridades de defesa do Município de Arraiolos, expondo-se resumidamente as metodologias utilizadas para as obter.

3.1. Modelos de Combustíveis Florestais

Dos três fatores presentes no triângulo do fogo – energia, oxigénio e combustível – o último é o único cuja gestão é da responsabilidade direta do Homem e, consequentemente, onde as medidas preventivas se enquadram.

É clara a necessidade de aplicar uma classificação sistemática à ocupação vegetal do solo, relativa à inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que permita estabelecer comparações entre comunidades vegetais vizinhas.

Esta informação, associada às manchas de ocupação do solo, permite a elaboração de uma cartografia temática, que servirá de ferramenta de apoio à gestão da carga de combustível, do grau de inflamabilidade e da combustibilidade da mancha florestal.

Para a elaboração deste cartograma será necessário entender dois conceitos, a saber:

- **Inflamabilidade** - segundo Vélez, R. (2000) é um conceito muito complexo. Das diferentes definições apresentadas todas referem que é um parâmetro que quantifica a facilidade com que o fogo entra em ignição, estando relacionado o teor de humidade e a presença de substâncias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Desta forma, é uma característica que depende diretamente da espécie vegetal considerada, logo, é variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta;
- **Combustibilidade** - traduz-se na facilidade de propagação da combustão e está relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis associado a uma determinada formação vegetal. É estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder (Silva e Páscoa, 2002).

A metodologia utilizada para a definição dos modelos de combustíveis no concelho de Arraiolos é a aconselhada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas no seu Guia Metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A classificação aconselhada tem como referência a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P. M. (2009). Para isso foi utilizada a informação base disponível na Carta de Ocupação do Solo da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, de 2008, com o nível cinco de desagregação.

Estes modelos assentam na caracterização das estruturas de vegetação e não tanto no tipo de povoamentos existentes e são apresentados de seguida:

Grupo Herbáceo

-  **Modelo 1** - Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
-  **Modelo 2** - Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. As acumulações de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
-  **Modelo 3** - Pasto contínuo, espesso ($\geq 1\text{m}$) e 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.

Grupo Arbustivo

-  **Modelo 4** - Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
-  **Modelo 5** - Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,65 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
-  **Modelo 6** - Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
-  **Modelo 7** - Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.

Grupo Manta Morta

-  **Modelo 8** - Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.

- 
Modelo 9 - Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do *Pinus pinaster*, ou por folhas grandes e frisadas como as do *Quercus pyrenaica*, *Castanea sativa*, entre outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.
- 
Modelo 10 - Restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais, pragas intensas ou excessiva maturação da massa, com presença de vegetação herbácea que cresce entre os restos lenhosos.

Grupo Resíduos Lenhosos

- 
Modelo 11 - Resíduos ligeiros ($\varnothing < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.
- 
Modelo 12 - Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.
- 
Modelo 13 - Grandes acumulações de resíduos de exploração grossos ($\varnothing < 7,5$ cm) e pesados, cobrindo todo o solo.

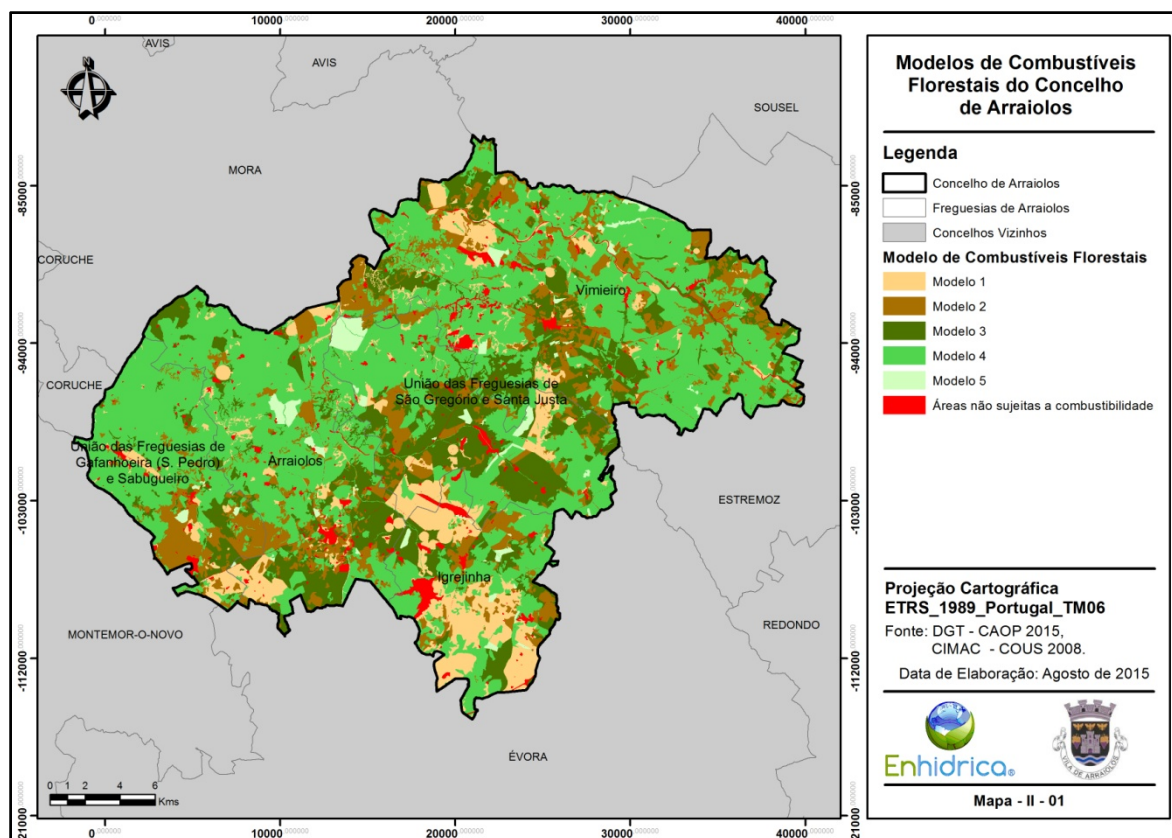


Figura 1. Modelos de combustíveis florestais

3.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

O risco de incêndio resulta de vários fatores que influenciam a ignição e a propagação do incêndio: quantidade ou carga de combustível, a humidade e o declive. O risco de incêndio florestal constitui um risco misto na medida em que combina para a sua deflagração e propagação condições geográficas tais como o relevo, vegetação e atmosfera e condições humanas.

O risco é muitas vezes entendido como uma expressão direta da probabilidade de ocorrência de incêndio. No entanto, este não é uma probabilidade, mas sim um dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor, ou seja, quanto se pode perder se arder determinado território. Relativamente ao risco de incêndio torna-se então necessário perceber onde se encontram os maiores potenciais de perda.

A metodologia para a produção da cartografia de risco para o concelho de Arraiolos teve como referência as orientações estabelecidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas no Guia Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 2012.

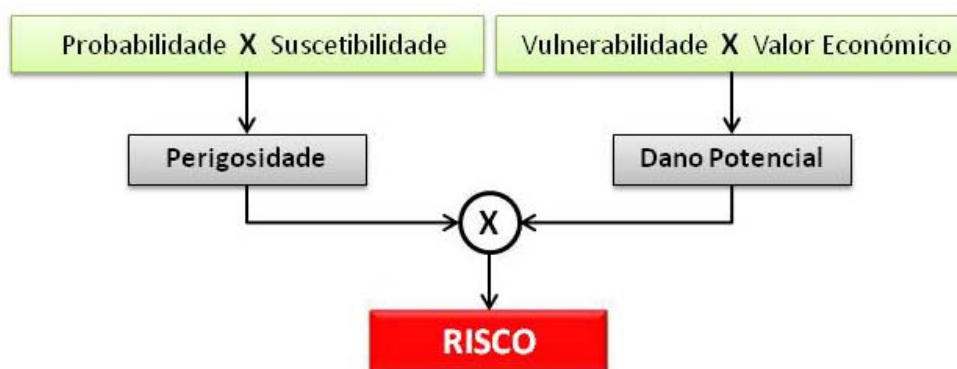


Figura 2. Componentes do modelo de risco

O risco de incêndio é representado pela perigosidade (probabilidade e suscetibilidade) que a área em causa apresenta, acrescida dos valores de dano potencial (vulnerabilidade e valor económico, se existe ou não existe).

A **probabilidade** de ocorrência anual de um incêndio num determinado local far-se-á traduzir pela ocorrência anual de um incêndio em determinado *pixel* de espaço florestal. A probabilidade é calculada com base no histórico desse mesmo *pixel*, representando a percentagem média anual que permite avaliar a perigosidade no tempo.

A **suscetibilidade** de um território, ou de um *pixel*, expressa as condições que esse território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. A suscetibilidade de um território é determinada pela ocupação do solo e por variáveis lentas que decorrem da topografia, tal como o declive.

A **perigosidade** resulta do produto da probabilidade pela suscetibilidade e define-se como “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (Varnes, 1984)

A **vulnerabilidade** expressa o grau de perda a que um elemento em risco está sujeito. A vulnerabilidade corresponde à designação genérica para populações, bens, atividades económicas, expostos à perigosidade e deste modo em risco.

Define-se como a capacidade que um elemento tem de resistir a um fenómeno danoso e de recuperar após o mesmo. Expressa-se numa escala de 0 a 1, em que 0 significa que o elemento não é afetado pelo fenómeno e 1 que o elemento é totalmente destruído pelo mesmo.

O valor económico permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento em função da sua vulnerabilidade.

O **dano potencial** de um elemento é o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade.

O **risco** é o produto da perigosidade pelo dano potencial. Define-se como o potencial de perda em função da perigosidade, vulnerabilidade e valor económico. Se algum destes elementos subir ou descer, consequentemente o risco sobe ou desce respetivamente e quando uma das componentes é inexistente o risco é nulo.

3.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal

A figura seguinte, referente à perigosidade de incêndio florestal, resultou da multiplicação dos mapas de Probabilidade (Qual a probabilidade de ocorrência do fogo neste pixel?) e de Suscetibilidade (Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?).

A carta de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Arraiolos pretende dar resposta à questão “Onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”.

Analisando a perigosidade de risco de incêndio concluímos que as zonas de perigosidade alta e muito alta correspondem essencialmente às zonas mais declivosas do concelho de Arraiolos.

Permite-nos ainda concluir que o solo ocupado por novas plantações apresenta uma perigosidade média visto que as novas plantações apresentam maior suscetibilidade e vulnerabilidade a incêndios florestais. Os declives suaves conferem um nível de perigosidade muito baixo à maior parte do concelho.

O mapa de Perigosidade é particularmente indicado para a definição de ações de prevenção, uma vez que reproduz a localização dos locais com maior carga combustível, isto é, permite identificar a perigosidade de um determinado local aos incêndios florestais, sendo considerado um valioso instrumento de apoio à decisão no ordenamento e gestão florestal sustentável.

Em termos de planeamento municipal são as classes de perigosidade alta e muito alta que devem ser transpostas para o Plano Diretor Municipal (PDM) e constituir critério de condicionalismo à edificação.

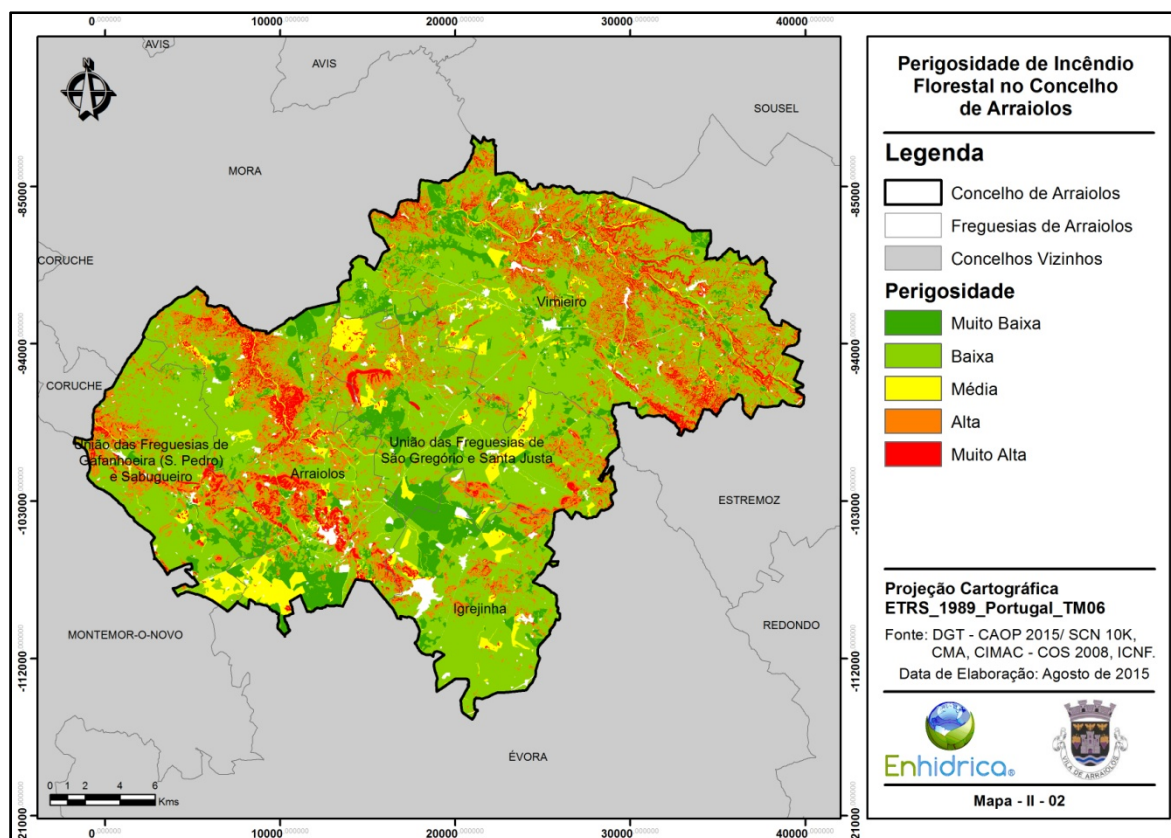


Figura 3. Perigosidade de incêndio florestal

3.2.2. Risco de Incêndio Florestal

O risco é o produto da perigosidade (probabilidade e suscetibilidade) pelo dano potencial (vulnerabilidade e valor económico), sendo que o dano potencial expressa o grau de perda que um elemento em risco está sujeito.

A vulnerabilidade desses elementos (populações, bens, atividades económicas, etc.) designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após o mesmo. É contabilizada numa escala de 0 a 1, em que zero (0) significa que o elemento não é afetado pelo fenómeno, e um (1) que o elemento é totalmente destruído pelo mesmo.

O valor económico permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento em função da sua vulnerabilidade.

Assim, o risco atesta o potencial de perda em função da perigosidade e dano potencial (vulnerabilidade e valor económico). Se algum destes elementos subir ou descer, consequentemente o risco sobe ou desce respetivamente.

O risco existe sempre que haja perigosidade, vulnerabilidade e valor económico associados. Quando uma das componentes é inexistente o risco é nulo, facto importante que preconiza a sua avaliação para uma efetiva gestão do território.

A figura seguinte apresenta a carta de risco de incêndio florestal do concelho de Arraiolos que nos indica qual o potencial de perda face a este fenómeno.

Quando este fenómeno passa de uma hipótese à realidade este mapa informa-nos quais os locais onde será maior o potencial de perda, estando particularmente indicado para planeamento de ações de supressão e para as ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa da perigosidade.

No concelho de Arraiolos a área com risco de incêndio alto e muito alto é relevante, essencialmente nas freguesias de Arraiolos e União das Freguesias de Gafanhoeira e Sabugueiro e na freguesia de Vimieiro, principalmente a sul, no limite com o concelho de Estremoz.

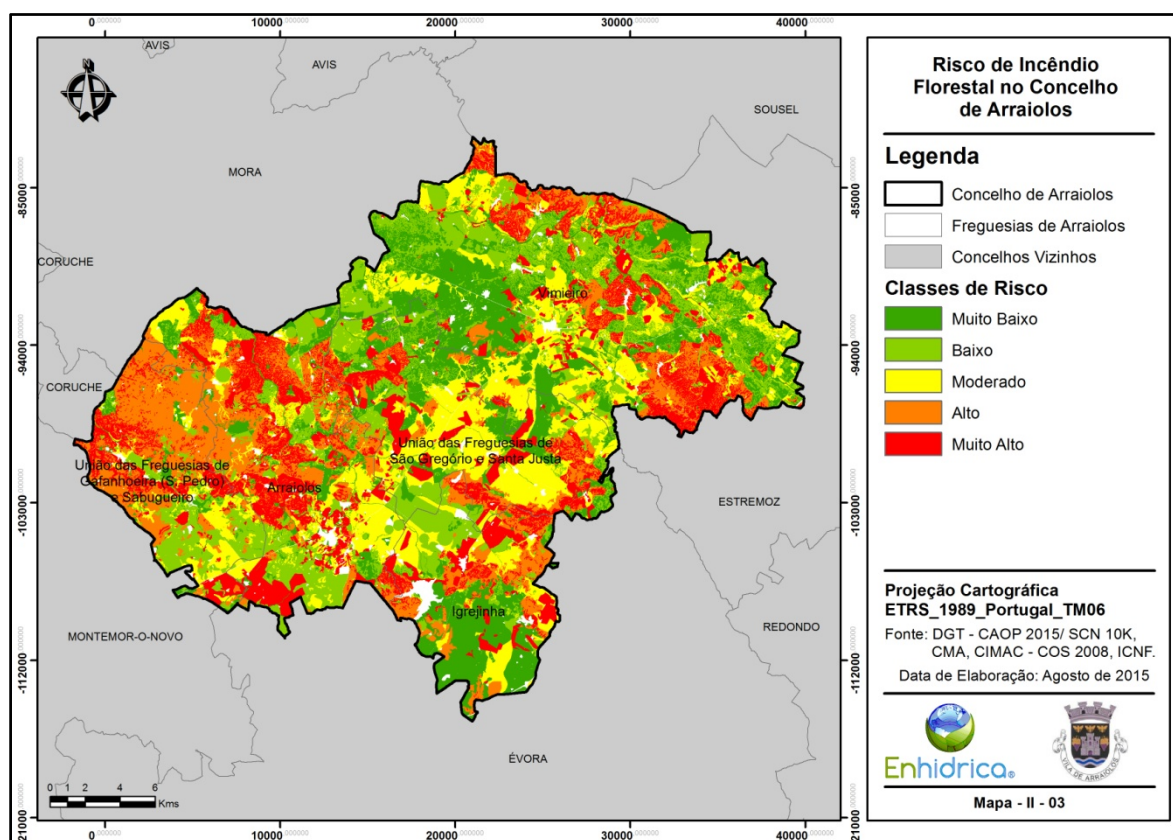


Figura 4. Risco de incêndio florestal

3.3. Prioridades de Defesa

Com o objetivo de apoiar a planificação das ações relacionadas com a prevenção e, simultaneamente, as ações de vigilância e combate aos incêndios florestais, torna-se importante definir níveis de prioridade de defesa a considerar aquando dessas ações.

Com vista à obtenção da carta de prioridades de defesa, foram considerados e agregados diferentes tipos de informação que traduzem a realidade territorial onde se pretende implementar as medidas propostas.

Para tal, seguiu-se a metodologia apresentada no guia metodológico disponibilizado pelo ICNF que enuncia como principais critérios o cruzamento da carta de risco de incêndio (mais concretamente o risco alto a muito alto) bem como outros elementos não considerados no modelo de risco e que apresentem valor social, cultural, ecológico, entre outros.

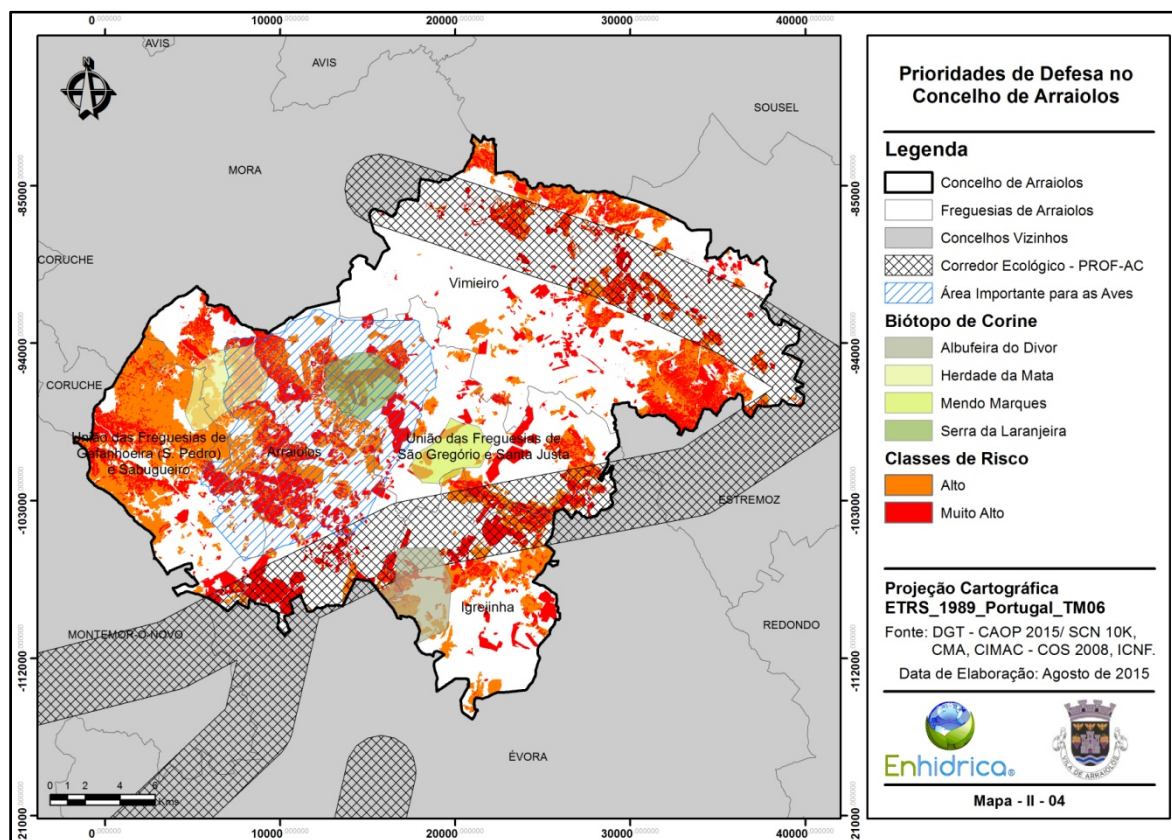


Figura 5. Prioridades de defesa

Os elementos considerados prioritários a defender são:

- Biótopo de Corine da Albufeira do Divor;
- Biótopo de Corine da Herdade da Mata;
- Biótopo de Corine de Mendo Marques;
- Biótopo de Corine da Serra da Laranjeira;
- Área Importante para as Aves;
- Corredores Ecológicos definidos no PROF-AC.

De todos os elementos considerados prioridades de defesa salienta-se os Biótopos de Corine da Herdade da Mata e da Serra da Laranjeira já que áreas significativas destes biótopos apresentam risco de incêndio alto ou muito alto.

4. Objetivos e Metas do PMDFCI

Os objetivos e metas do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o horizonte temporal de ação deste tipo de plano (5 anos), serão estabelecidos neste capítulo, com base no diagnóstico do concelho efetuado no Caderno I do plano, e no cumprimento dos objetivos preconizados em cada um dos 5 eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, designadamente:

1º Eixo: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;

2º Eixo: Redução da incidência dos incêndios;

3º Eixo: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;

4º Eixo: Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;

5º Eixo: Adoção de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

4.1. Identificação da Tipologia do Concelho

A tipologia dos concelhos resulta da tipificação definida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) com base no número de ocorrência e área ardida de cada concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas/ soluções associados à incidência do fogo. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro tipos:

- Poucas ocorrências
 - ❖ Pouca área ardida (T1)
 - ❖ Muita área ardida (T2)
- Muitas ocorrências
 - ❖ Pouca área ardida (T3)
 - ❖ Muita área ardida (T4)

Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o concelho de Arraiolos enquadra-se na tipologia T1 - Poucas Ocorrências e Pouca Área Ardida.

4.2. Objetivos e Metas do PMDFCI

Para o período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos, de acordo com o diagnóstico efetuado no Caderno I e com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram estabelecidos os seguintes objetivos e metas temporais.

Quadro 1. Objetivos e metas do PMDFCI

Objetivos	Metas				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Redução da Área Ardida	Zero incêndios $\geq 100\text{ha}$	Zero incêndios $\geq 100\text{ha}$	Zero incêndios $\geq 100\text{ha}$	Zero incêndios $\geq 100\text{ha}$	Zero incêndios $\geq 100\text{ha}$
	Diminuição do número de incêndios de área $\geq 1\text{ha} = 1$	Diminuição do número de incêndios de área $\geq 1\text{ha} = 1$	Diminuição do número de incêndios de área $\geq 1\text{ha} = 1$	Diminuição do número de incêndios de área $\geq 1\text{ha} = 1$	Diminuição do número de incêndios de área $\geq 1\text{ha} = 1$
Redução do Número de Ocorrências	≤ 2	≤ 2	≤ 2	≤ 2	≤ 2
Manutenção do Número de Reacendimentos	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero

5. Eixos Estratégicos

Após uma caracterização do território focando os aspetos mais importantes que se relacionam com a questão florestal bem como a delimitação das zonas de perigosidade, de risco de incêndio e de prioridades de defesa, seguidamente serão apresentadas um conjunto de ações e medidas que se consideram relevantes para a redução do número de ocorrências e de área ardida.

Segundo o guia técnico para a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2012), deverão ser definidos os objetivos temporais e quantificadas as metas a atingir nos próximos cinco anos bem como o programa operacional onde se definem os responsáveis pelas intervenções, orçamentos, financiamentos, entre outros aspetos.

Por sua vez, o Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, aponta um conjunto de medidas a aplicar nas áreas florestais, nomeadamente, definição e hierarquização das infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios, mais precisamente a rede viária florestal, pontos de água, as operações de silvicultura preventiva, bem como o condicionamento da circulação de pessoas e veículos, a proibição de realização de queimadas durante o período crítico de incêndios e a aposta na informação e sensibilização das populações.

Assim sendo, os principais eixos estratégicos a abordar no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos são:

- 1.º Eixo Estratégico** - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo Estratégico** - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo Estratégico** - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo Estratégico** - Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- 5.º Eixo Estratégico** - Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

5.1. Eixo 1 - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Este eixo estratégico pretende diminuir tendencialmente a intensidade e área percorrida por grandes incêndios promovendo uma gestão ativa do espaço florestal, aplicar sistemas de gestão de combustíveis e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens tornando os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	 Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
OBJETIVOS OPERACIONAIS	 Proteger zonas de interface urbano/ florestal;  Implementar programas de redução de combustíveis;  Condicionar trabalhos/ acesso a áreas florestais, durante o período crítico;  Definir prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios face ao risco;  Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais.

AÇÕES
→ Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; → Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; → Promover ações de silvicultura no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios; → Promover ações de gestão de pastagens; → Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água); → Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Este primeiro eixo estratégico está estreitamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, uma vez que pretende promover a estabilização do uso do solo e garantir que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social e ambiental:

- definindo as ações de prevenção que se prendem com a gestão da vegetação (para diminuir a área ardida);
- realizando intervenções localizadas nas zonas de interface agrícola e urbano com a floresta para proteção de casas e outras infraestruturas;
- dando resposta ao disposto no artigo 15.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, novamente alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83/2014, de 23 de maio;
- definindo os espaços florestais onde será obrigatória a gestão de combustíveis, junto das diferentes infraestruturas presentes;
- operacionalizando, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional.

Pretende-se que a gestão florestal sustentada seja uma tarefa partilhada, onde se prevejam medidas de defesa dos povoamentos contra os incêndios florestais, em especial no que concerne à criação/ manutenção de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, possibilitando dessa forma uma melhoria nas ações de pré supressão e supressão dos incêndios florestais.

É elementar delinear uma linha de ação que materialize a gestão funcional dos espaços e introduza, ao mesmo tempo, princípios de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Essas medidas deverão atuar ao nível da estrutura, relacionadas com a disposição e distribuição do estrato subarbustivo, arbustivo e arbóreo. Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

5.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

REDES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (FGC) E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (MPGC)

As faixas de gestão de combustíveis (FGC) e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, novamente alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83/2014, de 23 de maio, cumprindo um importante papel na prevenção de incêndios.

O objetivo principal das Faixas de gestão de combustível (FGC) é o de reduzir os efeitos da passagem de incêndios protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais e outros através da redução/ modificação dos combustíveis, atuando sobre a quantidade e arranjo estrutural da vegetação no sentido de diminuir a intensidade de um fogo pelo corte manual ou mecânico do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) e posterior remoção ou destroçamento à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos povoamentos.

Na rede de faixas de gestão de combustível delimitada neste Plano Municipal de defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), os responsáveis pela sua execução são obrigados a cumprir os seus deveres de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis definidos no Anexo ao Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, cumprindo com a calendarização prevista no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos, devendo ser concretizadas até ao início do período crítico.

A execução das faixas de gestão de combustível (FGC) para proteção das edificações, designadamente as habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, deverá ser realizada sempre que se verifique o incumprimento dos critérios referidos.

As FGC definidas neste Plano, conforme referido no Art.º 15.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, encaixam-se na Rede Secundária de Faixas de gestão de combustível de interesse municipal e no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas, desenvolvem-se sobre a rede viária, rede das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica (média tensão), aglomerados populacionais, parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras.

Na **rede viária** foram delimitadas faixas de gestão de combustível com **10 metros** para cada lado, sendo a responsabilidade da sua execução da Infraestruturas de Portugal, S.A., no caso de Estradas Nacionais; da Brisa, S.A. no caso das Autoestradas; do Município de Arraiolos, no caso das Estradas e Caminhos Municipais; e dos proprietários nas restantes estradas e caminhos.

Nas envolventes aos **aglomerados populacionais**, definidos segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível com **100 metros** de largura. A sua execução é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida.

Nas **linhas de transporte e distribuição de energia elétrica**, a gestão do combustível é efetuada na linha de projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de **7 metros** para cada um dos lados no caso de linhas em média tensão, e de **10 metros** para cada um dos lados no caso de linhas de alta tensão e muito alta tensão. Nas linhas de distribuição de energia elétrica, em média e alta tensão, a responsabilidade da execução é da - EDP - Distribuição, SA. Nas linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão a responsabilidade da execução é da REN - Redes Energéticas Nacionais.

Nos **parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários**, foi delimitada uma faixa de gestão com **100 metros** de largura. A sua execução é da responsabilidade das respetivas entidades gestoras.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a **edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos**, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de **50 metros** medidos a partir da alvenaria exterior da edificação, de acordo com as normas constantes no anexo do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

No Município de Arraiolos está definido, no Regulamento n.º 54/2013, de 6 de fevereiro, no seu Artigo 4.º que *"a construção de novas edificações no solo rural, tem de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, a qual, preferencialmente e sempre que possível, deverá ser salvaguardada dentro dos limites da propriedade."*

O mesmo diploma estabelece ainda *"nas propriedades que pela sua dimensão e/ ou configuração não permita a realização de uma faixa de gestão de combustível de 50 metros, poderão ser admitidas distâncias inferiores, de acordo com o estipulado no quadro seguinte, desde que sejam estipuladas medidas adicionais no que se refere à disponibilidade de meios complementares de combate a incêndios."*

Quadro 2. Exceções para implantação de edificações

Classes do Índice de Risco Espacial de Incêndio	Afastamento (em metros)	
	Espaços Florestais	Terrenos Agrícolas
Muito Baixa	> 5 - 10	
Baixa	> 5 - 10	> 5 - 10
Média	> 10 - 20	
Alta	≥30	
Muito Alta		

Sempre que a delimitação das faixas de gestão de combustível (FGC) confinantes com a rede viária e linhas de transporte de energia crie áreas de interseção entre elas, resultam superfícies de gestão partilhada. A responsabilidade de gestão destas entidades prevalece quando as faixas envolventes destas infraestruturas lineares intersejam as restantes faixas de gestão de combustível (FGC) do concelho.

A responsabilidade da entidade gestora das faixas envolventes dos parques de campismo, infraestruturas, equipamentos florestais de recreio, parques, polígonos industriais e aterros sanitários prevalece no caso de interseções com as restantes faixas a gestão.

O quadro e mapa seguintes mostram a distribuição da área ocupada pelas FGC (em hectares) e a sua percentagem relativa face a área total do município.

Quadro 3. Área total ocupada por Faixas de Gestão de Combustível

Código da FGC	Descrição da FGC	Área (ha)	%
1	Edificações em Espaço Rural	1.028,79	1,50
2	Aglomerados Urbanos	317,55	0,46
3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	55,56	0,08
4	Rede Viária Florestal	3.009,66	4,40
7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	23,54	0,03
10	Rede Elétrica em Média Tensão	398,38	0,58
11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	35,52	0,05
12	Rede de Pontos de Água	949,26	1,39
13	Rede Elétrica em Alta Tensão	1,26	0,002
Total		5.819,52	8,51

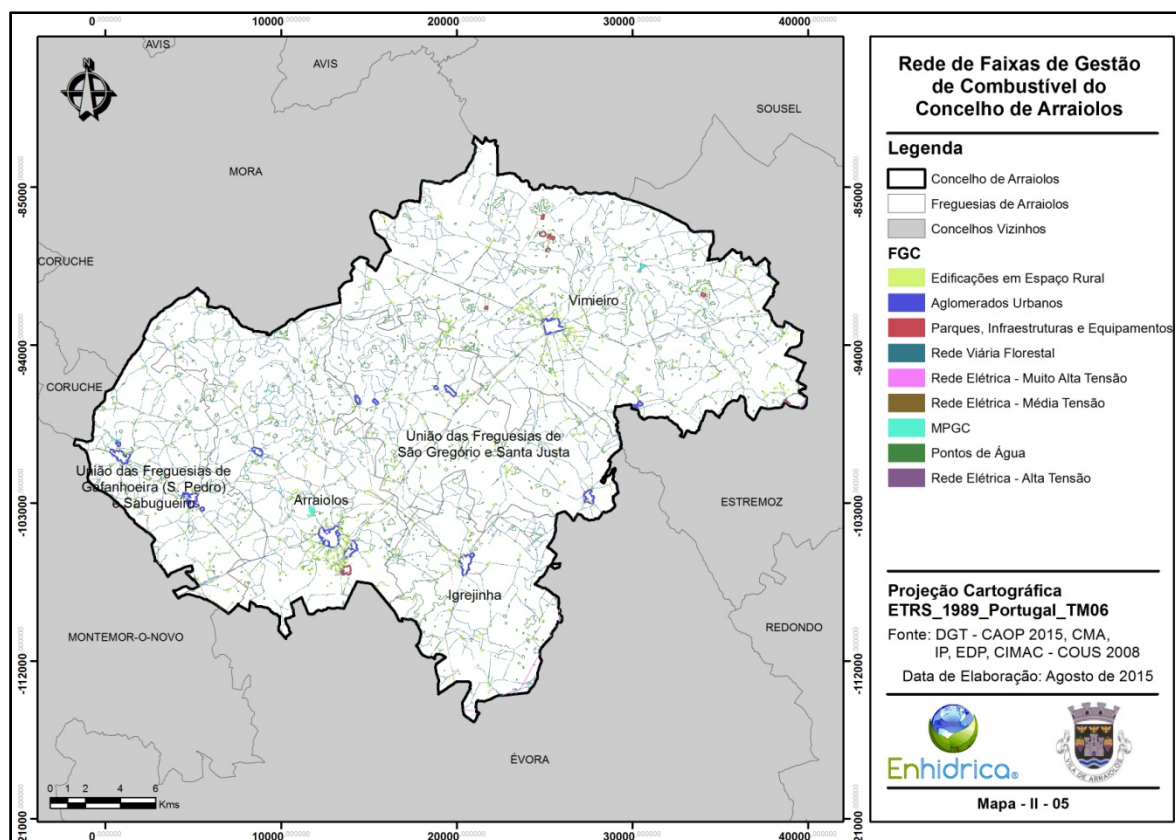


Figura 6. Rede de FGC e MPGC

REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

A rede viária é um dos principais elementos de infraestruturação do território assumindo um papel importante na defesa da floresta contra incêndios, tanto na prevenção como no apoio ao combate. A acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal. É determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

Na estratégia de defesa da floresta a rede viária florestal é um elemento fundamental, desempenhando as seguintes funções:

- Facilitar a movimentação rápida dos meios de combate à zona de fogo, aos pontos de reabastecimento de água e combustível;
- Integrar a rede de faixas de gestão de combustível onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate do fogo em segurança;
- Possibilitar a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre em complemento com a rede de vigilância fixa.

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço dos incêndios florestais. Além das restantes infraestruturas com acuidade para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos assume elevada importância, para as operações de coordenação dos meios e desenvolvimento das várias estratégias de combate.

A organização da Rede Viária Florestal (RVF) encontra-se subdividida em vias de domínio público e privado. As primeiras englobam o Plano Rodoviário Nacional (PRN) onde se incluem os Itinerários Principais (IP), Complementares (IC), Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER). As Estradas e Caminhos Municipais também se encontram abrangidas nestas vias. Por sua vez, nas vias de domínio privado inserem-se as redes de vias florestais (estradas e caminhos florestais, estradões florestais e trilhos florestais), agrícolas (caminhos rurais de ligação, caminhos agrícolas principais, secundários e terciários) e outras vias que consistem em caminhos privativos de acesso.

A rede viária florestal para o concelho de Arraiolos distribui-se da seguinte forma:

-  **Rede viária florestal fundamental** - Consiste na rede de maior importância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) uma vez que é aquela que garante o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, subdividindo-se de acordo com as características geométricas das categorias das vias em vias de **1ª ordem** e vias de **2ª ordem**.
-  **Rede viária florestal complementar** – Integra as vias que não preenchem as características geométricas da rede fundamental mas são consideradas importantes para a gestão florestal e para todas as funções ligadas à Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

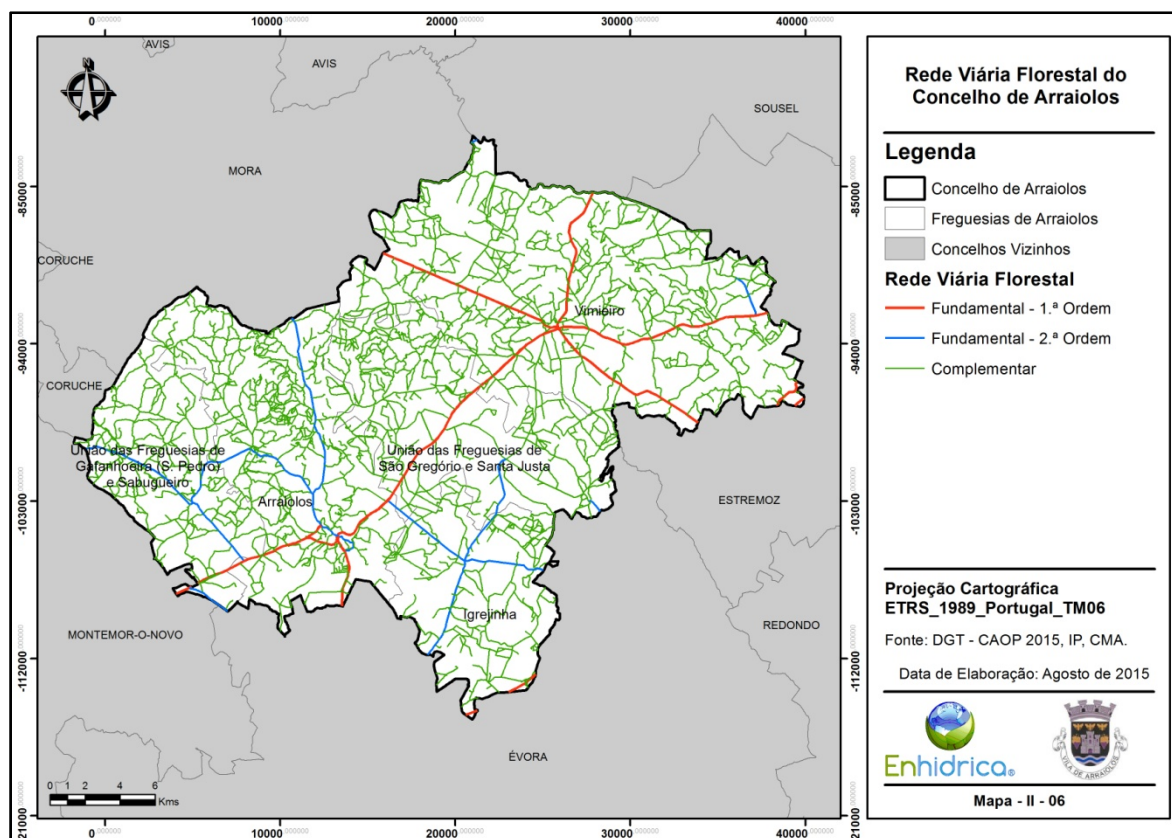


Figura 7. Rede viária florestal

A rede viária florestal do concelho de Arraiolos apresenta uma extensão de **1.607,15 Km** no seu total, com a seguinte distribuição:

- Rede viária florestal fundamental - **147,29 km**
 - o Rede viária florestal fundamental – 1ª Ordem - 80,37 km
 - o Rede viária florestal fundamental – 2ª Ordem - 66,92 Km
- Rede viária florestal complementar - **1.459,86 Km**

Concluimos assim que o Município de Arraiolos possui uma RVF bem distribuída, composta, maioritariamente, por Outras Redes Privadas e Públicas (ORP) e Vias Florestais (VF). Ao nível do Plano Rodoviário Nacional (PRN) destacam-se a A6, as Estradas Nacionais (EN) 4, 18, 251, 370 e 372-1. Por último, de entre as vias Municipais referem-se as Estradas Municipais (EM) 507, 527-1, 528, 529 e ainda diversos Caminhos Municipais (CM).

REDE DE PONTOS DE ÁGUA (RPA)

O sucesso das operações de combate aos incêndios depende, em grande parte, da existência de pontos de água operacionais e com boas condições de acesso, tanto para meios aéreos como terrestres. O problema do acesso aos pontos de água coloca-se sobretudo aos meios aéreos, pois é frequente os tanques encontrarem-se na proximidade de árvores frondosas, fios elétricos e casas que dificultam ou impossibilitam o abastecimento dos helicópteros.

Com as constantes alterações climáticas e um eventual cenário de seca, torna-se cada vez mais importante para a estrutura de combate aos incêndios florestais, uma caracterização detalhada dos pontos de água. Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de luta. A sua distribuição por todo o concelho tem de ser o mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.

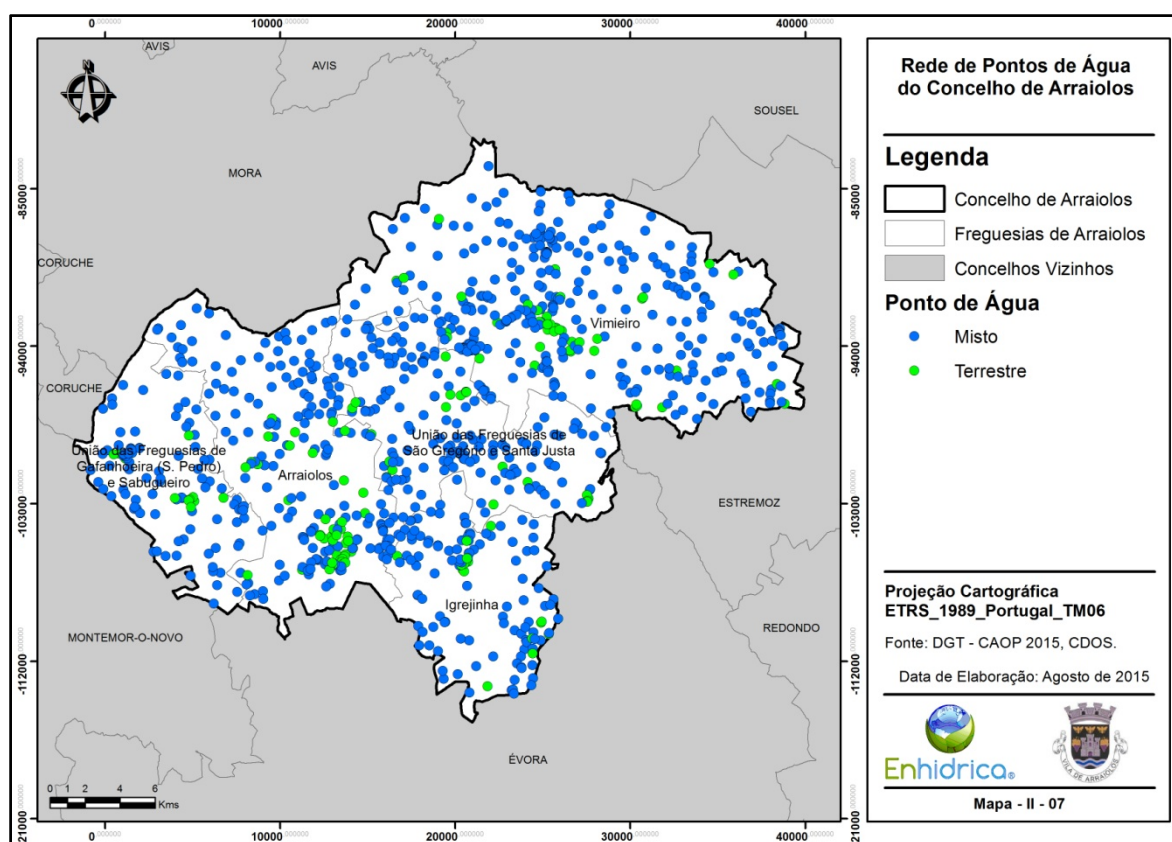


Figura 8. Rede de pontos de água

Os pontos de água considerados no PMDFCI de Arraiolos são os constantes da lista disponibilizada pelo Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) e encontram-se representados na figura 8, num total de 986.

A rede de pontos de água existente no concelho encontra-se ajustada ao grau de risco de incêndio nele existente e ao padrão da sua distribuição. De facto, verifica-se que as áreas florestais apresentam uma boa densidade de pontos de água.

A existência de pontos de água com boas condições de acesso para uso de meios aéreos e terrestres, é crucial nas ações de combate a incêndios. Desta forma, procura-se uma distribuição geográfica equilibrada dos pontos de água, permitindo uma resposta atempada dos meios.

SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

A silvicultura no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios corresponde a um conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e formações espontâneas ao nível da composição específica e arranjo estrutural, tendo como objetivo diminuir o perigo de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

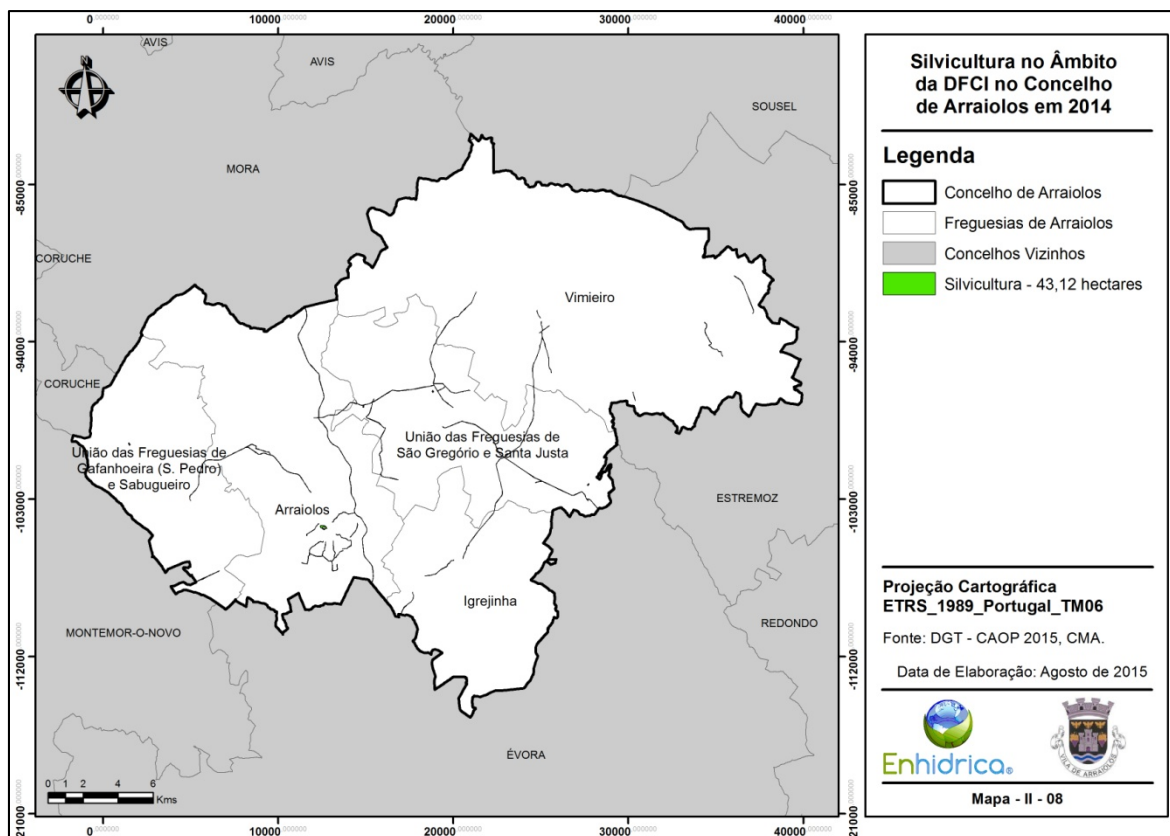


Figura 9. Silvicultura no âmbito da DFCI

No concelho de Arraiolos foram executadas, para o ano de 2014, medidas de silvicultura no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Essas medidas incidiram, essencialmente, na rede viária da responsabilidade do município e nas ETAR de Sabugueiro, da Aldeia da Serra, de São Gregório, de Vale Pereiro, na área envolvente do Castelo de Arraiolos, no Parque Urbano de Vimieiro, no Parque de Carias, no Campo de Tiro e no Olival, perfazendo uma área total intervencionada de 43,12 hectares.

Além das ações e silvicultura efetuadas pela Câmara Municipal de Arraiolos, outras foram efetuadas por outras entidades, nomeadamente a Infraestruturas de Portugal, na rede viária pela qual é responsável; a Energias de Portugal (EDP), nas faixas correspondentes à rede elétrica de média tensão; e os proprietários através da criação de aceiros.

5.1.2. Planeamento das Ações Referentes ao 1.º Eixo Estratégico

A definição da construção e/ ou manutenção das Faixas de Gestão de Combustível tem por base a relação entre as suscetibilidades do território aos incêndios e as ações de supressão do fogo. Assim, considera-se como áreas de intervenção prioritárias, todas as Faixas de Gestão de Combustível, adjacentes ou incluídas, a manchas de povoamentos florestais contíguas a aglomerados populacionais.

REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA

É importante alertar todas as entidades públicas e privadas para o facto de que, apesar do planeamento proposto para a criação e manutenção das faixas de gestão de combustível (FGC) nas datas referidas, isso não as isenta da necessidade de intervenções nas faixas onde ocorra um crescimento anormal de combustíveis, devendo para isso ser validada anualmente a necessidade de intervenção e alterada caso se justifique.

As figuras seguintes apresentam a calendarização das ações de intervenção das faixas de gestão de combustível (FGC), mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC), da rede viária florestal (RVF) e da rede de pontos de água (RPA) no concelho de Arraiolos para os anos de vigência do plano.

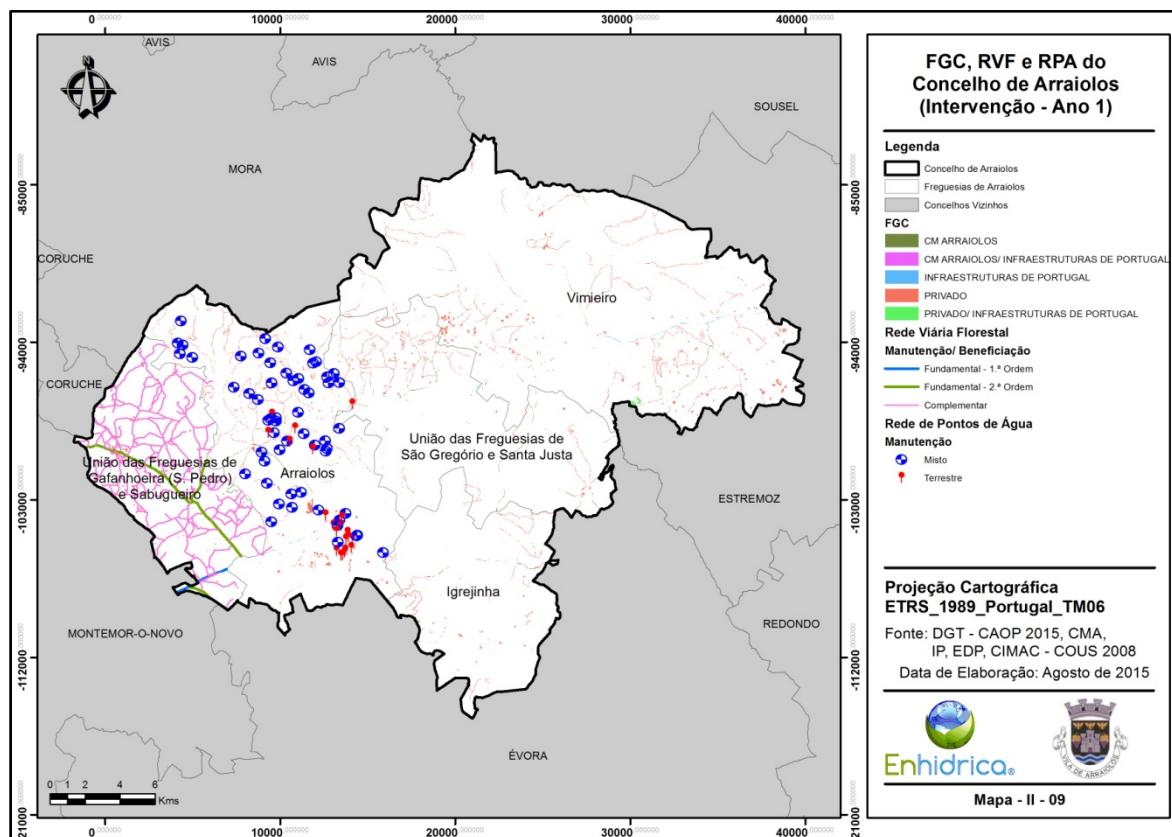


Figura 10. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 1)

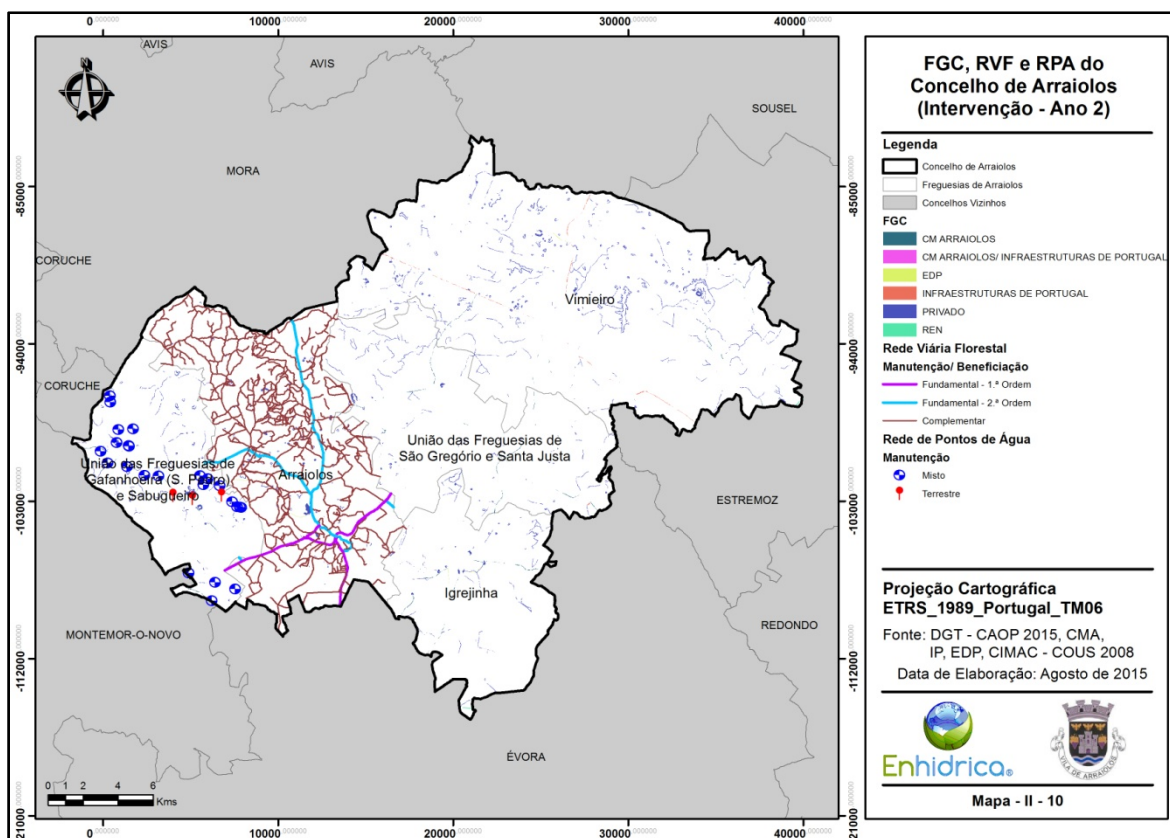


Figura 11. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 2)

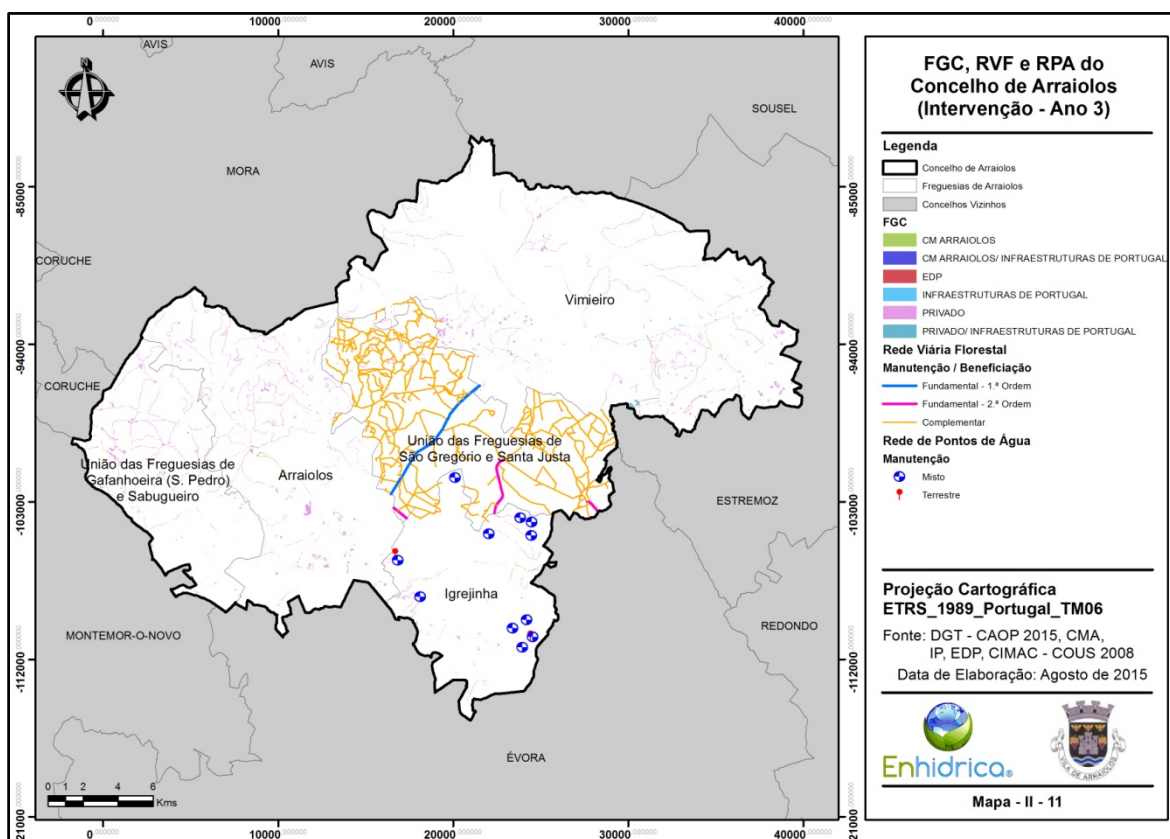


Figura 12. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 3)

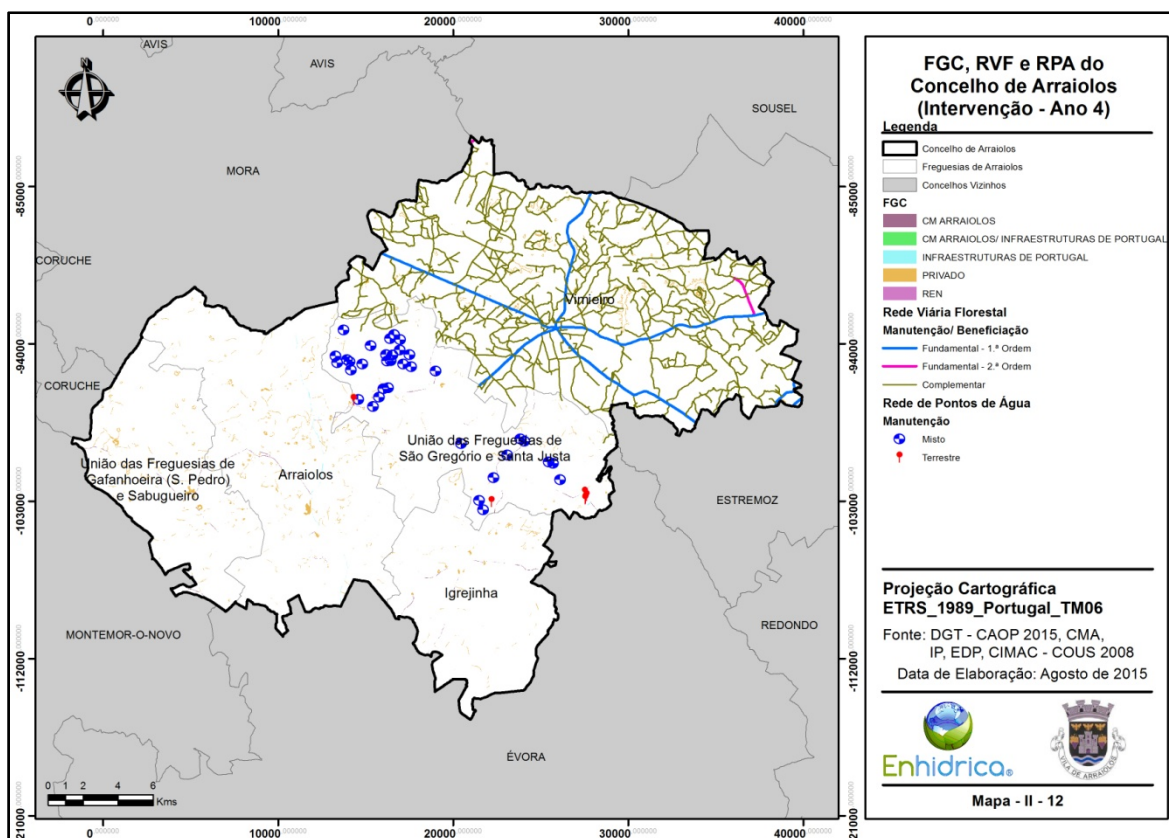


Figura 13. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 4)

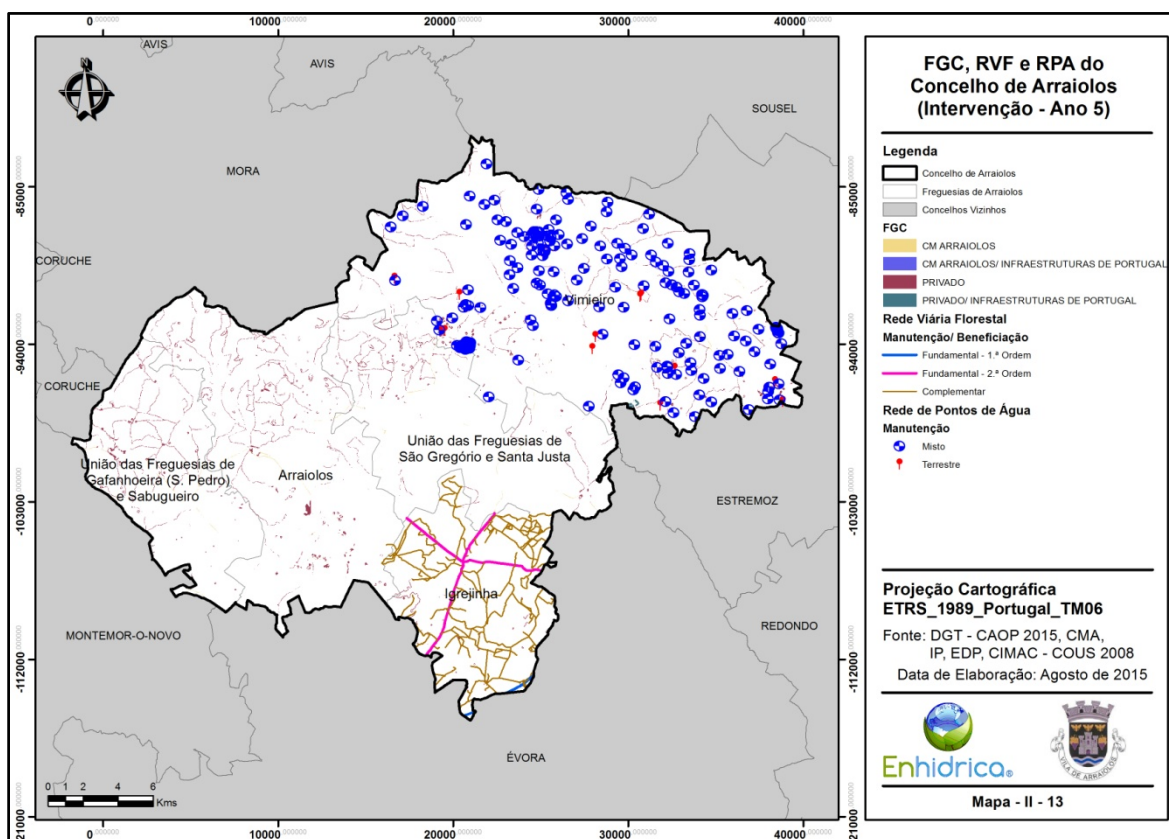


Figura 14. FGC e MPGC, RVF e RPA (Intervenção - Ano 5)

Quadro 4. Intervenção nas FGC e MPGC para o período de vigência do plano

Ano	Código	Descrição da Faixa/ Mosaico	Área (ha) c/ intervenção	Área (ha) s/ intervenção
Ano 1	1	Edificações em Espaço Rural	159,28	869,51
	2	Aglomerados Urbanos	38,16	279,39
	3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	12,30	43,26
	4	Rede Viária Florestal	835,65	2.174,01
	7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	0	23,54
	10	Rede Elétrica em Média Tensão	0	398,38
	11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	28,31	7,21
	12	Rede de Pontos de Água	213,10	736,16
	13	Rede Elétrica em Alta Tensão	0	1,26
TOTAL ANUAL			1.286,80	4.532,72
Ano 2	1	Edificações em Espaço Rural	140,84	887,95
	2	Aglomerados Urbanos	43,80	273,75
	3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	14,89	40,67
	4	Rede Viária Florestal	648,54	2.361,12
	7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	4,76	18,78
	10	Rede Elétrica em Média Tensão	14,64	383,74
	11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	28,31	7,21
	12	Rede de Pontos de Água	242,66	706,60
	13	Rede Elétrica em Alta Tensão	0	1,26
TOTAL ANUAL			1.138,44	4.681,08
Ano 3	1	Edificações em Espaço Rural	159,28	869,51
	2	Aglomerados Urbanos	38,16	279,39
	3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	12,30	43,26
	4	Rede Viária Florestal	835,65	2.174,01
	7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	0	23,54
	10	Rede Elétrica em Média Tensão	13,62	384,76
	11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	28,31	7,21
	12	Rede de Pontos de Água	213,10	736,16
	13	Rede Elétrica em Alta Tensão	0	1,26
TOTAL ANUAL			1.300,42	4.519,10
Ano 4	1	Edificações em Espaço Rural	140,84	887,95
	2	Aglomerados Urbanos	43,38	274,17
	3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	14,89	40,67
	4	Rede Viária Florestal	507,27	2.502,39
	7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	0,22	23,32
	10	Rede Elétrica em Média Tensão	0	398,38
	11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	28,31	7,21
	12	Rede de Pontos de Água	242,66	706,60
	13	Rede Elétrica em Alta Tensão	0	1,26
TOTAL ANUAL			977,57	4.841,95
Ano 5	1	Edificações em Espaço Rural	159,28	869,51
	2	Aglomerados Urbanos	38,16	279,39
	3	Parques, Infraestruturas e Equipamentos	12,30	43,26
	4	Rede Viária Florestal	816,35	2.193,31
	7	Rede Elétrica em Muito Alta Tensão	0	23,54
	10	Rede Elétrica em Média Tensão	0	398,38
	11	Mosaicos e Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	28,31	7,21
	12	Rede de Pontos de Água	213,10	736,16
	13	Rede Elétrica em Alta Tensão	0	1,26
TOTAL ANUAL			1.267,50	4.552,02

Uma vez que o valor primordial a defender é o da vida humana e do seu património pelo elevado risco a que se encontram sujeitos, pretende-se que as faixas de gestão de combustível em torno das edificações integradas em espaços rurais e dos aglomerados populacionais sejam alvo de manutenção/ beneficiação de forma faseada, tendo em conta a sua localização relativamente às zonas definidas com risco de incêndio florestal elevado e muito elevado.

Esta intervenção deverá ser efetuada de setembro a março, antes do início da fase crítica.

As restantes faixas serão alvo de manutenção/ beneficiação, também faseadamente, pelos cinco anos e de acordo com os mesmos critérios anteriormente definidos.

Relativamente ao tipo de intervenção a realizar para gerir os combustíveis e corrigir as densidades excessivas esta será realizada com recurso a meios mecânicos ou moto-manuais no caso de declives superiores a 25%.

Para além das intervenções pontuais de manutenção ao nível das faixas de gestão de combustível, referentes à rede viária de 1ª e 2ª ordem, é necessário intervir na rede viária florestal de 3ª ordem.

As intervenções deverão incidir sobre a requalificação do pavimento, construção de valetas – melhoria do escoamento das águas – e colocação de manilhas. O objetivo é que durante a vigência deste Plano se faça a manutenção da totalidade da Rede Viária Florestal.

A manutenção das vias cuja responsabilidade cabe à autarquia será financiada pela autarquia e será efetuada com recurso a meios próprios.

Relativamente aos Pontos de Água pretende-se fazer a validação/ manutenção dos pontos considerados durante a vigência do plano. Serão efetuadas ações de manutenção que pressupõem que cada ponto de água seja alvo de uma intervenção anual, sempre que se considere necessária, nomeadamente no que diz respeito às condições de acessibilidade aos meios aéreos e terrestres (para os planos de água), sobretudo no desimpedimento e adequação de pontos de acesso aos meios terrestres e garantindo as melhores condições aos meios aéreos. Quanto às tomadas de água, importa acautelar a sua operacionalidade e manutenção anual para que haja a garantia de funcionamento quando necessário.

Nos termos do Art.º 16.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, as novas edificações no espaço florestal para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, são permitidas desde que não colidam com as áreas classificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de perigosidade de incêndio alta e muito alta, e não colidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o Decreto-lei n.º 327/90, de 22 de outubro, com as alterações dadas pelo Decreto-lei n.º 55/2007, de 12 de março.

Quando permitidas, deverão garantir uma distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

A execução da rede de defesa da floresta contra incêndios é suportada financeiramente pelos responsáveis da gestão das Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, isto é, pelas diferentes entidades públicas ou privadas e proprietários, arrendatários usufrutuários que possuam parcelas de terreno, inseridas nas faixas delimitadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No caso do município de Arraiolos as intervenções da sua responsabilidade serão efetuadas com recurso a meios da autarquia, ou na impossibilidade de utilização desses meios será contratado o serviço de empresas adequadas para efetuar esta ação.

Quanto aos meios de financiamento, o município de Arraiolos procurará sempre, elaborar candidaturas de apoio para esse fim.

REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

Quadro 5. Intervenções na RVF, para o período de vigência do plano

Ano	Classe da RVF	Área com Intervenção (km)	Área sem Intervenção (km)
Ano 1	Fundamental - 1ª ordem	2,77	77,60
	Fundamental - 2ª ordem	16,65	50,27
	Complementar	176,35	1.283,51
	Total	195,77	1.411,38
Ano 2	Fundamental - 1ª ordem	16,67	63,70
	Fundamental - 2ª ordem	24,05	42,87
	Complementar	352,12	1.107,74
	Total	392,84	1.214,31
Ano 3	Fundamental - 1ª ordem	8,12	72,25
	Fundamental - 2ª ordem	5,29	61,63
	Complementar	256,52	1.203,34
	Total	269,93	1.337,22
Ano 4	Fundamental - 1ª ordem	50,21	30,16
	Fundamental - 2ª ordem	2,94	63,98
	Complementar	528,17	931,69
	Total	581,32	1.025,83
Ano 5	Fundamental - 1ª ordem	2,60	77,77
	Fundamental - 2ª ordem	17,99	48,93
	Complementar	146,70	1.313,16
	Total	167,29	1.439,86

REDE DE PONTOS DE ÁGUA (RPA)

O quadro identificador das ações a serem efetuadas na rede de pontos de água foi remetido para anexo.

METAS E INDICADORES

Quadro 6. Metas e indicadores para a rede de FGC e MPGC, RVF e RPA

REDE DFCI	AÇÃO	META	UN	INDICADORES				
				Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
REDE DE FGC	Manutenção das FGC confinantes com as Edificações em Espaço Rural	Totalidade das FGC executadas no terreno	ha	159,28	140,84	159,28	140,84	159,28
	Manutenção das FGC confinantes com os Aglomerados Urbanos		ha	38,16	43,80	38,16	43,38	38,16
	Manutenção das FGC confinantes com Parques, Infraestruturas e Equipamentos		ha	12,30	14,89	12,30	14,89	12,30
	Manutenção das FGC confinantes com a RVF		ha	835,65	648,54	835,65	507,27	816,35
	Manutenção das FGC confinantes com a Rede Elétrica em Muito Alta Tensão		ha	0	4,76	0	0,22	0
	Manutenção das FGC confinantes com a Rede Elétrica em Média Tensão		ha	0	14,64	13,62	0	0
	Manutenção de MPGC		ha	28,31	28,31	28,31	28,31	28,31
	Manutenção das FGC da Rede de Pontos de Água		ha	213,10	242,66	213,10	242,66	213,10
	Manutenção das FGC confinantes com a Rede Elétrica em Alta Tensão		ha	0	0	0	0	0
RVF	Manutenção da Rede Viária Florestal	Intervenção de manutenção na RVF.		Obras de manutenção em 12,18% da RVF	Obras de manutenção em 24,44% da RVF	Obras de manutenção em 16,80% da RVF	Obras de manutenção em 36,17% da RVF	Obras de manutenção em 10,41% da RVF
RPA	Manutenção da Rede de Pontos de Água	RPA em boas condições de utilização DFCI.		Manutenção de 79 dos 986 pontos de água	Manutenção de 27 dos 986 pontos de água	Manutenção de 13 dos 986 pontos de água	Manutenção de 41 dos 986 pontos de água	Manutenção de 199 dos 986 pontos de água

ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Os valores do orçamento apresentado no quadro seguinte foram calculados com base nas tabelas Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais (CAOF 2013/2014) relativas aos custos das operações no âmbito das beneficiações de povoamentos florestais.

Quadro 7. Estimativa de orçamentos e responsáveis pela execução da RDFCI

REDE DFCI	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO (€)				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
REDE DE FGC	EDIFICAÇÕES EM ESPAÇO RURAL	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	11.449,05*	10.123,58*	11.449,05*	10.123,58*	11.449,05*
	AGLOMERADOS URBANOS		2.742,94*	3.148,34*	2.742,94*	3.118,15*	2.742,94*
	PARQUES, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS		884,12*	1.070,29*	884,12*	1.070,29*	884,12*
	REDE VIÁRIA FLORESTAL	Câmara Municipal	5.839,53*	5.839,53*	5.839,53*	5.839,53*	5.839,53*
		Infraestruturas de Portugal, S.A.	1.387,28*	3.112,40*	1.387,28*	3.112,40*	0
		Brisa	0	0	0	0	0
		Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	52.839,71*	37.665,12*	52.839,71*	27.510,63*	52.839,71*
	REDE ELÉTRICA EM MUITO ALTA TENSÃO	REN	0	342,15*	0	15,81*	0
	REDE ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO	EDP	0	1.052,32*	979,01*	0	0
	MPGC	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	2.034,92*	2.034,92*	2.034,92*	2.034,92*	2.034,92*
REDE DE PONTOS DE ÁGUA	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	15.317,63*	17.442,40*	15.317,63*	17.442,40*	15.317,63*	
REDE ELÉTRICA EM ALTA TENSÃO	EDP	0	0	0	0	0	
RVF	1.ª ORDEM	BRISA	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
		Infraestruturas de Portugal, S.A.	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
	2.ª ORDEM	Câmara Municipal	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
	COMPLEMENTAR	-	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
RPA	AÉREOS	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
	MISTOS		(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
TOTAL			97.648,98*	88.625,88*	98.602,11*	77.447,11*	96.309,86*

*- Valores estimados com base nas tabelas CAOF 2013/2014.

(**)- Os valores foram solicitados, mas até à data não foram fornecidos.

5.2. Eixo 2 - Redução da Incidência dos Incêndios

Este eixo assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, passando esta por um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que este pode originar.

Objetivo Estratégico	 Educar e sensibilizar as populações;  Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
Objetivos Operacionais	 Sensibilização da população em geral;  Sensibilização e educação escolar;  Fiscalização.

Ações
→ Desenvolver programas de sensibilização a nível local, dirigidos à população em geral e a grupos específicos da população rural, em função das causas de incêndio; → Sensibilizar as comunidades para os comportamentos de risco e incentivo ao envolvimento e participação na vigilância passiva; → Promover o envolvimento dos estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental; → Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias em risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior perigosidade.

Uma intervenção cuidada ao nível da prevenção tem como objetivo primordial diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo de ignições como ao nível de propagação.

Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, a resolução da problemática dos incêndios florestais passará, no curto prazo, pelo reforço da fiscalização do cumprimento da lei e pela dissuasão dos comportamentos de risco identificados e, pela adequação da ação policial, no espaço e no terreno, às motivações e causas dos incêndios.

Deverá incidir na gestão de comportamentos humanos (para diminuir o número de ocorrências), através de ações de sensibilização e informação da população e públicos-alvo, bem como, promover o correto uso do fogo.

É de extrema importância educar a população em geral para que reconheça que a floresta é um bem comum a todos, com valor ambiental, económico e social. É necessário incutir-lhe a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras.

No concelho de Arraiolos o número e extensão dos incêndios tem sido relativamente baixo quando comparado com outras áreas do sul do país. O conhecimento das causas que levaram à deflagração dos incêndios neste concelho permitiria uma maior adequação do plano de sensibilização.

5.2.1. Avaliação

A maioria dos incêndios que ocorre no nosso país é causada pela ação humana (por causa intencional, negligente e outras indeterminadas). Apenas uma pequena parte se deve a causas naturais.

Centrando a atenção na ação antropogénica, é fundamental desenvolver ações que promovam a mudança nos comportamentos da população, inculcando-se uma cultura de responsabilização e consciencialização da sua ação sobre o meio ambiente.

As entidades competentes na Defesa da Floresta Contra Incêndios e na gestão do território, para além das ações que promovem de vigilância, deteção e fiscalização das áreas florestais, devem intensificar as ações de prevenção e educação ambiental junto dos diferentes segmentos da população, com o objetivo de minimizar os comportamentos de risco.

Neste sentido é fundamental promover ações que esclareçam a população, em particular os que no seu quotidiano desenvolvam atividades que possam pôr em perigo a floresta.

COMPORTAMENTOS DE RISCO

A identificação dos comportamentos de risco e o conhecimento das causas e motivações dos incêndios florestais (diagnóstico) são fundamentais, para definir as ações de sensibilização e educação das populações, quando se trata de causas diretamente associadas à negligência.

Neste sentido, a sensibilização assume um papel importante contra os incêndios. Neste caso, é importante atuar junto da população na consciencialização e alerta para os verdadeiros perigos que algumas práticas diárias representam, muitas vezes ligadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

Quadro 8. Identificação dos comportamentos de risco

Grupos-alvo	Diagnóstico - Resumo			
	Comportamento de risco			Impacto e danos
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
População escolar	Comportamentos negligentes/ uso indevido do fogo	Uso incorreto do fogo	Concelho de Arraiolos	Todo o ano
População rural	Comportamentos negligentes/ uso indevido do fogo	Queima de sobranes/ lixos	Concelho de Arraiolos	Todo o ano
Proprietário florestal	Realização de queima de sobranes. Gestão de combustíveis	Queima de resíduos florestais	Concelho de Arraiolos	Primavera/ Verão
Agricultor	Comportamentos negligentes/ uso indevido do fogo	Queima de resíduos agrícolas	Concelho de Arraiolos	Primavera/ Verão
	Utilização de máquinas e equipamentos agrícolas	Lançamento de fâulhas por falha nas medidas de segurança do equipamento		
Automobilistas/ Campistas	Comportamentos negligentes/ uso indevido do fogo	Lançamento de cigarros pela janela. Realização churrascos e fogueiras fora dos locais previstos	Concelho de Arraiolos	Todo o ano
População geral	Uso incorreto do fogo	Confeção de alimentos	Concelho de Arraiolos	Primavera/ Verão

FISCALIZAÇÃO

A prevenção passa também pela fiscalização, sobretudo nas áreas com maior risco associado.

Devido ao não fornecimento de informação relativa ao número de autos levantados, processos instruídos, não enquadrados de contra ordenação relativamente aos processos instruídos por tipologia de situação prevista na legislação não nos é possível apresentar o quadro da inventariação desses mesmos dados relativos ao ano de 2014.

5.2.2. Planeamento das Ações Referentes ao 2.º Eixo Estratégico

SENSIBILIZAÇÃO

Todas as campanhas de sensibilização executadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios são coordenadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas independentemente da entidade que as realize.

É da competência do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, das comissões municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndios a promoção de campanhas de sensibilização e informação pública que promovam o valor e a importância dos espaços florestais, informem sobre a conduta a adotar pelo cidadão na utilização dos espaços florestais e que incluam uma componente preventiva que informe sobre as técnicas e práticas aconselháveis e obrigatórias no correto uso do fogo.

O quadro apresentado de seguida indica algumas propostas de ações a desenvolver no âmbito da sensibilização e informação.

Quadro 9. Ações de sensibilização

Ações de Sensibilização	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Objetivos	Local
Distribuição de Panfletos	Jun.	Jun.	Jun.	Jun.	Jun.	Sensibilização das populações sobre a importância da floresta, comportamentos de risco e respetivas consequências.	Áreas Urbanas
Distribuição de Panfletos	Mai.	Mai.	Mai.	Mai.	Mai.	Sensibilização das populações sobre a legislação em vigor no âmbito da DFCI.	Áreas Urbanas
Sessões de Esclarecimento	Mai. a Set.	Mai. a Set.	Mai. a Set.	Mai. a Set.	Mai. a Set.	Sensibilização da população, dos agricultores, agentes económicos, sociais, culturais e educativos sobre os comportamentos de risco e respetivas consequências para a floresta.	Juntas de Freguesia

FISCALIZAÇÃO

Para além da sensibilização da população, a prevenção passa por ações de fiscalização nas áreas de risco, assim como a determinação de grupos-alvo, períodos de atuação bem como o desenvolvimento de atividades em função dos comportamentos de risco presentes no concelho de Arraiolos.

A capacidade de fiscalização será tão mais eficaz quanto melhor seja a integração de um conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a coordenação ao nível das entidades competentes de todas as ações de fiscalização, tendo por base o conhecimento local da comunidade.

A fiscalização a realizar dentro do período crítico deverá incidir sobre o uso do fogo e ter uma maior incidência durante os dias de quarta, quinta e sexta feira por serem estes os dias da semana que apresentam maior número de ocorrências de incêndios florestais.

Para além do uso do fogo, a fiscalização deverá também ser direcionada para o cumprimento do disposto no Art.º 15.º, do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, novamente alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83/2014, de 23 de maio, no que respeita à rede secundária de faixas de gestão de combustível.

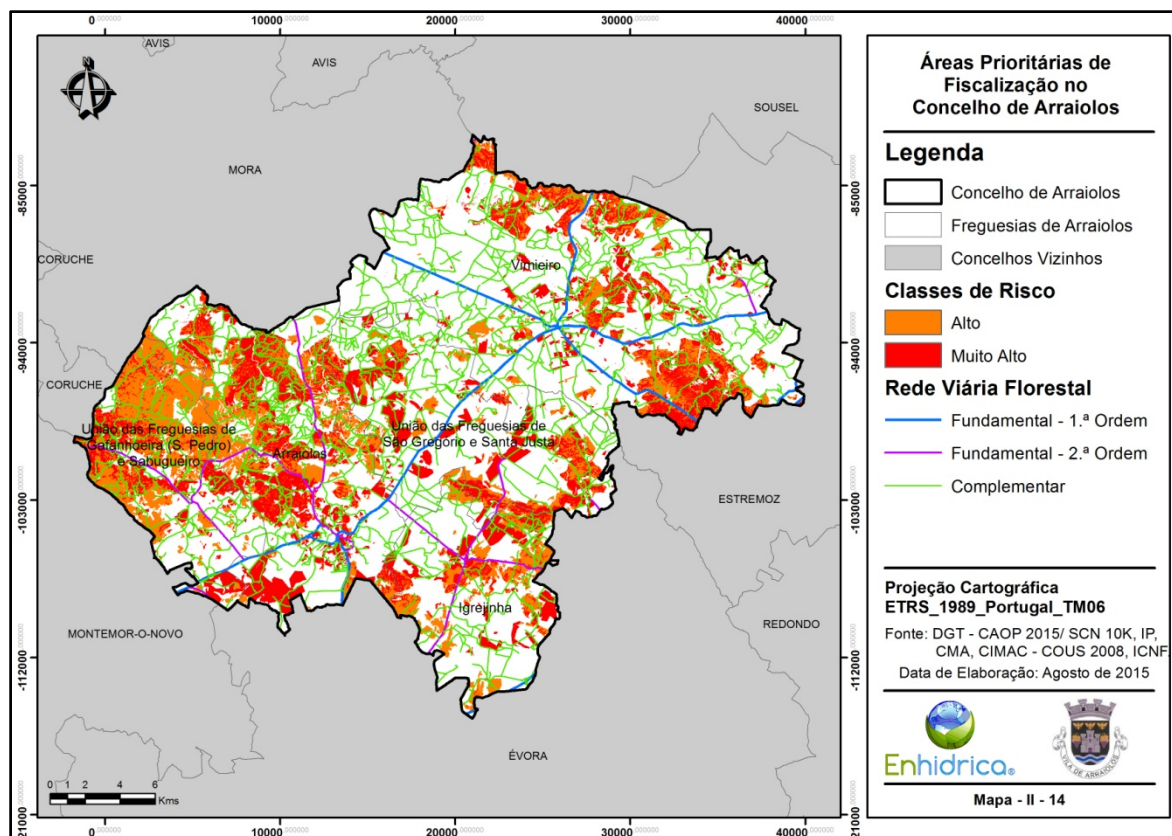


Figura 15. Áreas prioritárias de fiscalização

De acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho, a Fiscalização compete à Guarda Nacional Republicana (GNR), à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Polícia Marítima (PM), à Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF), à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), às câmaras municipais e aos vigilantes da natureza.

No concelho de Arraiolos a entidade coordenadora responsável por esta ação, bem como pela vigilância e deteção de incêndios é a GNR através do Destacamento Territorial de Estremoz. A fiscalização é efetivada por uma equipa EPNA (Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente), com sete elementos e pelas patrulhas de ocorrências do efetivo territorial.

METAS E INDICADORES

A definição das metas e indicadores mensuráveis, por ano, no período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para a sensibilização e fiscalização, encontra-se descrita nos quadros seguintes.

Quadro 10. Metas anuais para ações de sensibilização

Ações de Sensibilização	Metas	Indicadores				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Distribuição de panfletos sobre comportamentos de risco e respetivas consequências	Distribuição de panfletos por cerca de 30 % da população	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos
Distribuição de panfletos sobre a legislação em vigor no âmbito da DFCI	Distribuição de panfletos por cerca de 30 % da população	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos	Distribuição de 2500 panfletos
Sessões de Sensibilização	Participação de 25% dos agentes sociais, culturais, económicos e educativos com sede na freguesia	Realização de 1 sessão em cada junta de freguesia	Realização de 1 sessão em cada junta de freguesia	Realização de 1 sessão em cada junta de freguesia	Realização de 1 sessão em cada junta de freguesia	Realização de 1 sessão em cada junta de freguesia

Quadro 11. Metas anuais para as ações de fiscalização

Ações de Fiscalização	Metas	Unidades	Indicadores				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Fiscalizar a manutenção das FGC e MPGC	O programa operacional definido para as FGC e MPGC encontra-se cumprido.	% de FGC em incumprimento	<10%	<5%	<5%	<5%	<5%
Percorrer os espaços rurais durante a época crítica de modo a verificar o cumprimento das regras de DFCI	Ausência de queimadas não autorizadas.	N.º de autuações	0	0	0	0	0
	Ausência de queima de sobrantes.	N.º de autuações	0	0	0	0	0
	Todas as máquinas de combustão interna a realizar trabalhos em espaço rural estão dotadas de dispositivo de retenção de faíscas.	N.º de autuações	0	0	0	0	0

ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Quadro 12. Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização

Entidade Responsável	Ações de Sensibilização	Orçamento (€)				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
CMA e JF	Distribuição de panfletos sobre comportamentos de risco e respetivas consequências.	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
CMA, SMPC, JF GNR/ EPNA	Sessões de esclarecimento.	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
CMA e JF	Distribuição de panfletos sobre a legislação em vigor no âmbito da DFCI.	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
TOTAL		5.000	5.000	5.000	5.000	5.000

Quadro 13. Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de fiscalização

Ações de Fiscalização	Entidades Responsáveis	Estimativa Orçamental				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Fiscalizar a manutenção das FGC e MPGC	GNR	*	*	*	*	*
Percorrer os espaços rurais durante a época crítica de modo a verificar o cumprimento das regras de DFCI	GNR	*	*	*	*	*

(*)- Os valores foram solicitados, mas até à data não foram fornecidos.

5.3. Eixo 3 - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a deteção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento.

Objetivo Estratégico	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção; - Adequação da capacidade de 1.ª intervenção; - Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.
Objetivos Operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado; - Estruturar o nível municipal e distrital de 1.ª intervenção; - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância após rescaldo; - Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

Ações
→ Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respetivo plano de equipamento; → Definir os setores territoriais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância após incêndio; → Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos; → Definir os sistemas de vigilância e deteção; → Identificar os elementos do território relevantes para apoio à decisão.

A definição antecipada de vias de comunicação, formas de atuação, levantamento de responsabilidades e as competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma resposta à questão dos incêndios florestais mais eficiente e eficaz.

Para que exista um dispositivo estruturado e pronto para uma mobilização preventiva de meios, terá que se avaliar a disponibilidade e características dos recursos existentes, por forma a garantir uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I) e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) incluída neste caderno.

5.3.1. Avaliação

De forma a existir um dispositivo organizado e pronto para a mobilização preventiva de meios, há que ter em conta a disponibilidade e características dos recursos existentes, para que se garanta uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

A determinação preliminar de canais de comunicação, formas de procedimento, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades intervenientes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

VIGILÂNCIA E DETECÇÃO

A vigilância dos espaços florestais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os postos de vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

No concelho de Arraiolos não existem postos de vigia; no entanto, a vigilância fixa é assegurada pelos postos de vigia localizados nos concelhos de Estremoz, Montemor o Novo e Ponte de Sôr, postos estes que pertencem à Rede Nacional de Postos de Vigia.

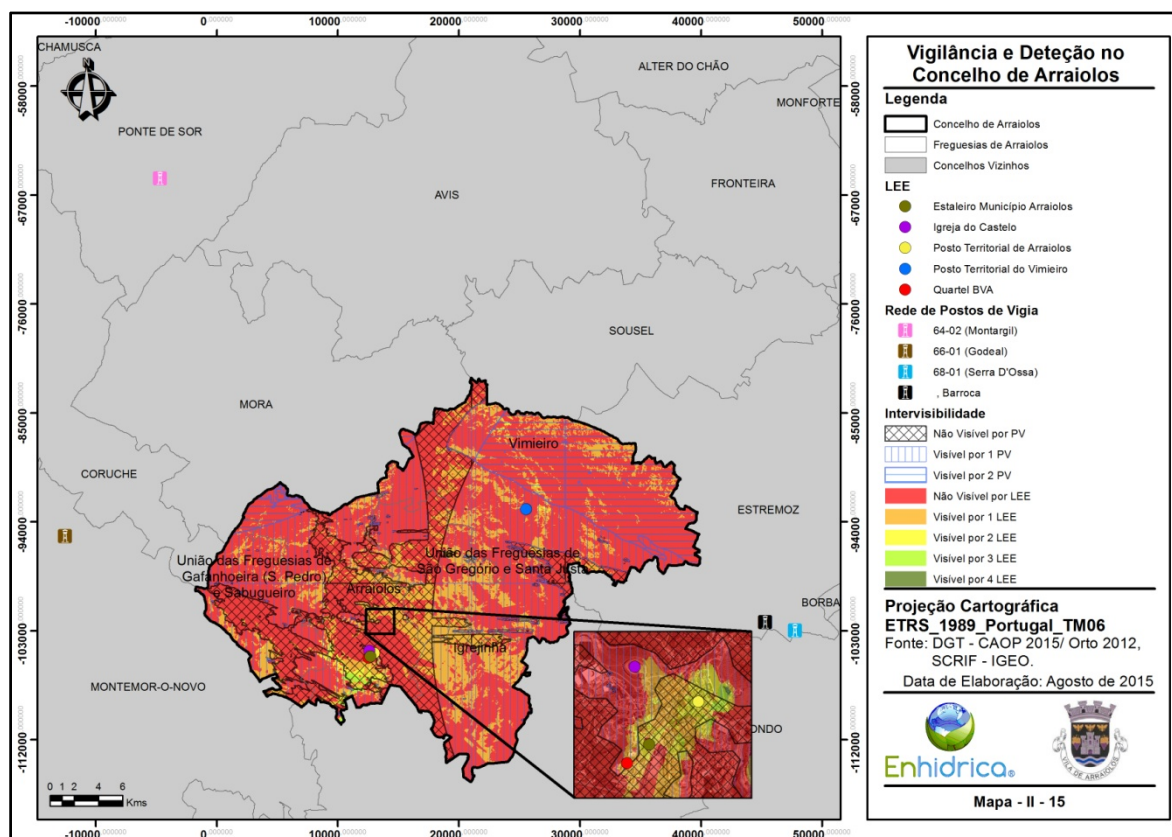


Figura 16. Vigilância e deteção - bacias de visão dos postos de vigia

A figura anterior referente à Carta da Rede dos Postos de Vigia (PV) e Bacias de Visibilidade do concelho de Arraiolos permite-nos analisar a distribuição dos postos de vigia, que asseguram a vigilância fixa do concelho, e verificar a sua distribuição geográfica:

- Posto 64-02 Montargil (concelho de Ponte de Sôr);
- Posto 66-01 Godeal (concelho de Montemor o Novo);
- Posto 68-01 Serra D'Ossa (concelho de Estremoz);
- Posto da Barroca (concelho de Estremoz).

O mapa da figura anterior foi produzido com base na conjugação das bacias de visibilidade associadas a cada posto de vigia e aos LEE tendo como objetivo avaliar a capacidade de vigilância e deteção na fase *Charlie* através da representação da localização e identificação dos postos de vigia e dos LEE.

As ações de vigilância móvel de todo o concelho são da responsabilidade da GNR (Destacamento de Estremoz) através da sua Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente – EPNA, composta por sete elementos.

O quadro seguinte apresenta o índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção (vigilância fixa e móvel) nas cinco fases de perigo ao longo de 2014.

Quadro 14. Índice entre o número de incêndios florestais e o número de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2014)

FASES DE PERIGO	EQUIPAS		TOTAL DE EQUIPAS	N.º DE INCÊNDIOS	ÍNDICE
	POSTOS DE VIGIA (GNR)	GNR (EPNA/ EPF)			
ALFA 01 jan. a 14 mai.	-	1 (EPNA)	1	1	1
BRAVO 15 mai. a 30 jun.	-	1 (EPNA)	1	0	0
CHARLIE 01 jul. a 31 out.	3	1 (EPNA)	4	3	0,8
DELTA 01 out. a 31 out.	-	1 (EPNA)	1	0	0
ECHO 01 nov. a 31 dez.	-	1 (EPNA)	1	0	0

Analisando os dados expostos pelo quadro acima apresentado podemos depreender que a fase de perigo que apresenta maior índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção (vigilância fixa e móvel) é a fase *Alfa*, seguida da fase *Charlie* que apesar de ser a fase em que mais equipas de vigilância e deteção estão no terreno é também aquela em que se verifica mais ocorrências no ano de 2014.

1.ª INTERVENÇÃO

O tempo de chegada dos meios de primeira intervenção (ataque inicial) ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia das manobras de supressão, de forma a evitar que os incêndios assumam proporções incontrolláveis.

A Diretiva Operacional Nacional da ANPC estabelece como tempo máximo desde a ocorrência do incêndio até à chegada ao local da ocorrência, até 20 minutos. O tempo de chegada destes meios, é essencial para a eficácia/ não eficácia do combate, de forma a minimizar as consequências dos incêndios.

Para a determinação dos tempos de percurso utilizou-se a metodologia descrita no Guia Técnico para a Elaboração do PMDFCI, onde se considera que se a velocidade média de determinada via é de 33 km/h, então em 60 minutos percorrer-se-á a distância de 33.000 metros; então aos 2.750m temos 5 minutos de tempo de intervenção, aos 5.500m temos 10 minutos de tempo de intervenção e assim sucessivamente. Os pontos de partida determinados foram os LEE do concelho de Arraiolos (Quartel dos B. V. de Arraiolos e Posto Territorial da GNR do Vimieiro e de Arraiolos, Igreja do Castelo de Arraiolos e Estaleiro Municipal).

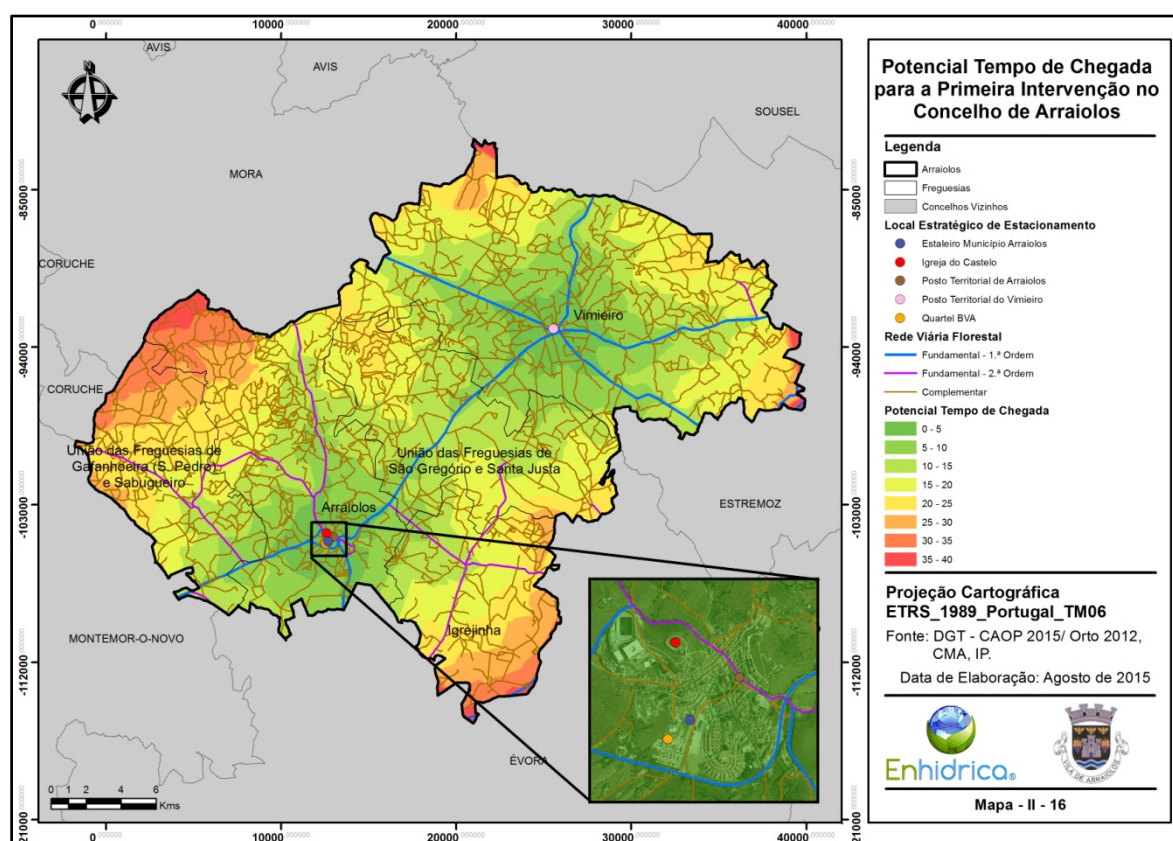


Figura 17. Potencial tempo de chegada para 1.ª intervenção

A análise da figura anterior permite concluir que a maior parte da área do concelho de Arraiolos apresenta um potencial de tempo de chegada para 1.ª intervenção até 20 minutos, tal como estabelecido na Diretiva Operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). No entanto, existe uma área a norte da freguesia de Arraiolos, que se prolonga para oeste, para a União das Freguesias de Gafanhoeira e Sabugueiro cujo potencial tempo de chegada é superior a

20 minutos. A mesma situação verifica-se a sul da freguesia de Igrejinha e no limite da freguesia do Vimieiro com os concelhos de Sousel e Estremoz.

O combate a incêndios é responsabilidade dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos (BVA), constituídos pela Equipa de Combate a Incêndios Florestais (ECIN), pela Equipa Logística de Apoio ao Combate (ELAC) e pelos restantes elementos do corpo de bombeiros. O número de elementos envolvidos no combate é variável consoante a gravidade e dimensão do incêndio, podendo ser reforçado com mais elementos.

Analisando o quadro seguinte, onde está representado o índice entre o número de incêndios florestais e equipas de 1.ª intervenção, e índice de incêndios e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo (Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo), em 2014, podemos afirmar que os valores apresentados são baixos devido à existência de apenas quatro ocorrências durante esse período. Todas as fases de perigo apresentam um índice zero, com exceção da fase Alfa e Charlie.

Quadro 15. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2014)

FASES DE PERIGO	EQUIPAS/ ELEMENTOS BVA		TOTAL DE EQUIPAS	TOTAL DE ELEMENTOS	N.º DE INCÊNDIOS	ÍNDICE INCÊNDIOS/ EQUIPAS 1.ª INTERVENÇÃO	ÍNDICE INCÊNDIOS/ ELEMENTOS 1.ª INTERVENÇÃO
	ECIN	ELAC					
ALFA 01 jan. a 14 mai.	1/5	0	1	5	1	1	0,2
BRAVO 15 mai. a 30 jun.	0	1/ 2	1	7	0	0	0
CHARLIE 01 jul. a 31 out.	2/ 10	0	2	10	3	1,5	0,3
DELTA 01 out. a 31 out.	0	1/2	1	7	0	0	0
ECHO 01 nov. a 31 dez.	1/5	0	1	5	0	0	0

O gráfico 1 representa o valor médio por freguesia do potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo, com base na metodologia supra descrita. Como podemos verificar o tempo médio de 1.ª intervenção varia entre os 8 minutos, na freguesia Igrejinha, e os 13 minutos verificados na freguesia de Vimieiro.

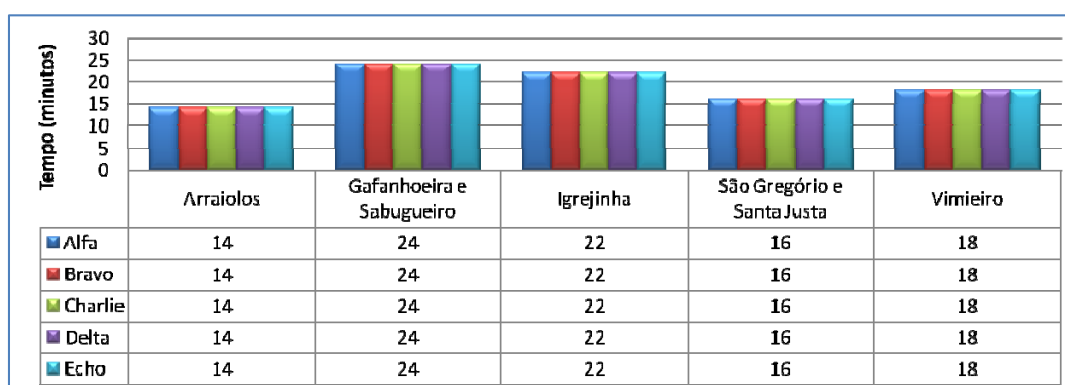


Gráfico 1. Valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para 1.ª intervenção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo

RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO

A fase do rescaldo, parte integrante do combate ao incêndio, é realizada por todas as entidades/equipas que se encontram no Teatro de Operações, no combate direto às chamas. Estas só abandonam o local depois de assegurarem que se eliminou toda a combustão da área ardida, ou que, o material ainda em combustão se encontra devidamente isolado e circunscrito, e como tal já não constitui perigo de reacendimento. Na fase de rescaldo pode ainda ser solicitada a intervenção de militares através de canais próprios.

Após o rescaldo, em incêndios de grandes dimensões, os Bombeiros Voluntários de Arraiolos providenciam no sentido de realizar a vigilância pós-incêndio, ficando em atenção permanente, verificando a área queimada e a área envolvente, até que se certifiquem que não existem sinais de atividade de combustão, altura em que abandonam o local.

Quadro 16. Identificação do número de reacendimentos, por ano no período 2001-2014

Ano	Número de Ocorrências	Número de Reacendimentos
2001	3	0
2002	5	0
2003	2	0
2004	5	0
2005	1	0
2006	5	0
2007	1	0
2008	4	0
2009	3	0
2010	1	0
2011	1	0
2012	1	0
2013	4	0
2014	4	0
TOTAL	40	0

5.3.2. Planeamento das Ações Referentes ao 3.º Eixo Estratégico

METAS E INDICADORES

Quadro 17. Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - metas e indicadores

Fases de perigo	Ação	Metas	Indicadores				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
ALFA 01 jan. a 14 mai.	Vigilância e deteção	Reduzir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas, e n.º de elementos de 1.ª intervenção	0	0	0	0	0
BRAVO 15 mai. a 30 jun.	Vigilância e deteção	Manter o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas, e n.º de elementos de 1.ª intervenção	0	0	0	0	0
CHARLIE 01 jul. a 30 set.	Primeira intervenção	Reduzir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas, e n.º de elementos de 1.ª intervenção	0	0	0	0	0
DELTA 01 out. a 31 out.	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manter o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas, e n.º de elementos de 1.ª intervenção	0	0	0	0	0
ECHO 01 nov. a 31 dez.	Vigilância e Deteção	Manter o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas, e n.º de elementos de 1.ª intervenção	0	0	0	0	0

ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Quadro 18. Vigilância, deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - orçamento e responsáveis

Ação	Entidade Responsável	Orçamento				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Vigilância e deteção	GNR	*	*	*	*	*
1.ª Intervenção	BVA	*	*	*	*	*
Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	BVA	*	*	*	*	*

(*)- Os valores foram solicitados, mas até à data não foram fornecidos.

5.4. Eixo 4 - Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas

Objetivo Estratégico	 Recuperar e reabilitar os ecossistemas.
Objetivos Operacionais	 Avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementar estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.

Ações
→ Identificar a necessidade de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo; → Definir tipologias de reabilitação dirigidas à recuperação de áreas ardidas, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e <i>habitats</i> mais sensíveis.

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objetivo que se pretende atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo os objetivos operacionais que se pretendem alcançar no presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A importância e a urgência da intervenção na recuperação das áreas ardidas têm sido especialmente reconhecidas após a dimensão dos incêndios dos últimos anos.

Após a ocorrência de um incêndio há todo um conjunto de efeitos que se manifestam na mancha ardida assim como em toda a sua área envolvente. Desta forma, torna-se premente abordar a questão dos incêndios no que diz respeito aos efeitos nos povoamentos florestais, aos efeitos no solo e no regime hídrico e aos efeitos na dinâmica dos ecossistemas.

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento da sua resiliência no futuro devendo ser desenvolvida em dois tempos:

1. Intervenções a curto prazo (estabilização de emergência) na proteção dos recursos e infraestruturas;
2. Intervenções a médio prazo (reabilitação de povoamentos e habitats florestais) dirigida para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As árvores têm um papel importante nos ecossistemas, sendo uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade. São ainda uma fonte de matéria-prima renovável e um elemento decisivo na prevenção da erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos.

5.4.1. Avaliação

ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Nas intervenções de emergência é importante estabelecer prioridades e tipologias em função dos impactes causados pelos incêndios.

Atualmente, não se regista no concelho de Arraiolos nenhuma área com necessidade de recuperação e reabilitação de ecossistemas, não sendo nesta altura possível prever intervenções de emergência a curto ou médio prazo, pelo que não é possível elaborar um mapa com essas áreas.

REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

Não estão previstas quaisquer reabilitações de povoamentos e habitats florestais. Contudo, em qualquer altura e uma vez que o plano não é estático, poderá ser detetado algum caso específico que tenha necessidade de ser reabilitado.

5.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4.º Eixo Estratégico

ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A consequência mais drástica que pode ocorrer nos povoamentos florestais consiste na morte da totalidade das árvores do povoamento. No entanto nem sempre se verifica esta realidade já que a mortalidade causada pela passagem do fogo pode atingir apenas uma parte do arvoredor.

Outra consequência dos incêndios num povoamento é o aparecimento de pragas e doenças. Exemplos disso são os escolitídeos que orientam o seu voo em função de estímulos olfativos do hospedeiro, os quais são mais intensos após a ocorrência de um incêndio (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

Os efeitos do fogo no solo e no regime hídrico podem ser diretos, derivados da combustão da folhada e da matéria orgânica, e indiretos derivados do desaparecimento do coberto vegetal. No primeiro caso, os efeitos traduzem-se principalmente na mineralização da matéria orgânica presente no solo a qual faz com que este fique temporariamente enriquecido em nutrientes sob a forma mineral, logo facilmente utilizados pelas plantas.

No entanto, com a chegada das primeiras chuvas inicia-se o arrastamento superficial e em profundidade destes nutrientes até níveis fora do alcance das plantas o que afeta consideravelmente a fertilidade do solo.

Embora inicialmente se verifique um aumento de nutrientes disponíveis, o balanço global em termos de fertilidade é bastante negativo já que enquanto não houver a reposição de uma parte significativa da matéria orgânica não há a possibilidade de restituir ao solo os nutrientes utilizados pelas plantas que venham a existir (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

Por sua vez, o desaparecimento total do coberto vegetal acelera o processo erosivo do solo. Esse processo é tanto maior quanto maior for o declive e quanto mais exposto ficar o solo após o incêndio. Da mesma maneira, o regime hídrico é alterado dado que a quantidade de água que se infiltra no solo passa a ser menor devido ao maior escoamento superficial e evaporação verificados. (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

De uma forma geral, os danos ambientais derivados pela passagem do fogo são a erosão superficial e a alteração físico-química dos solos, a diminuição da capacidade de infiltração, a redução do tempo de concentração e consequente aumento do caudal de cheia bem como o aumento do risco de desabamento ou deslizamentos de terra.

Uma forma de tentar contrariar a erosão dos solos consiste em colocar ramos queimados perpendicularmente ao máximo declive apoiados por cepos das árvores abatidas. No entanto, outras técnicas podem ser consideradas, nomeadamente Técnicas de Engenharia Natural que compreendem um conjunto de técnicas e práticas que utilizam plantas vivas, preferencialmente autóctones, como elemento do processo construtivo juntamente ou não com outros materiais (e.g., pedra, madeira, metal), no domínio da restauração ambiental.

Estas técnicas consistem na abertura de valas no sentido das curvas de nível e posterior cobertura com material orgânico (faxinas); construção de pequenas represas com pedras ou outros materiais de forma a permitir a infiltração da água no local e retenção de minerais (barragens de correção torrencial); utilização de sementeira aérea ou terrestre com cobertura do solo com material vegetal de forma a se conseguir uma menor perda de solo bem como estruturas de suporte e estabilização de taludes (muros de vegetação).

Pelo exposto na fase de avaliação, atualmente não é possível planear ações de estabilização de emergência. Contudo, e dado o plano vigorar por 5 anos, devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto, para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas, pelos seus responsáveis e participantes.

REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

De certa forma, é do senso comum entender o fogo como um fenómeno destrutivo, não natural, associado às atividades humanas, talvez porque leva ao desaparecimento imediato de inúmeras espécies de plantas e animais numa dada área.

No entanto, para avaliar os efeitos deste fenómeno na diversidade biológica do ecossistema há que analisar o processo de recolonização do espaço no médio e longo prazo e comparar a comunidade que se desenvolve (pós-fogo) com a inicial (pré-fogo) atendendo ao número de espécies existentes (riqueza florística se estivermos a considerar a vegetação) e à abundância relativa dos indivíduos de cada espécie.

Para as condições predominantemente mediterrânicas do nosso País assiste-se a uma elevada resiliência em relação à passagem do fogo, os quais são caracterizados por ocorrerem em intervalos curtos (>20 anos) e de baixa severidade, conferindo pouco impacto na composição das comunidades, sendo estas dominadas predominantemente por plantas tolerantes ao fogo.

Esta capacidade é o resultado de milhões de anos de evolução adaptativa o que levou à criação de diversas adaptações no sentido de garantir a perpetuidade das espécies e formações vegetais. No entanto, a sucessão natural de espécies vegetais depende em grande medida da qualidade da estação em causa, uma vez que, estações mais férteis reúnem condições para uma recuperação mais rápida da vegetação (SILVA, 2002).

No entanto, com base nas medidas legislativas em vigor (Decreto-lei n.º 139/88, de 22 de abril) torna-se legalmente obrigatório proceder à rearborização das áreas ardidas, salvo situações em que essa não seja a prática mais adequada para o uso do solo ou se a situação económica do proprietário não o permitir, obrigatoriedade que coloca em segundo plano a recuperação natural destas áreas. Com base nas indicações enunciadas no PROF do Alentejo Central, as espécies mais indicadas para a região onde se insere o concelho de Arraiolos são a azinheira e o sobreiro, podendo também verificar-se alguma aptidão para o eucalipto.

Após selecionadas as espécies, no momento da rearborização deverão ser adotadas as medidas de silvicultura preventiva estipuladas pelo Conselho Nacional de Reflorestação (2005) com o

objetivo de garantir a existência de manchas de descontinuidade, dificultar a progressão dos fogos e diminuir os danos causados nas árvores.

O conjunto de medidas enunciadas permitirá facilitar a atuação das diversas equipas intervenientes na DFCL do concelho.

O período imediatamente após a passagem do fogo é crucial pois a perda de solo verificada nos 3 meses seguintes é deveras maior do que a perda de solo verificada nos anos posteriores.

Deste modo, no que respeita à preservação do solo, a celeridade é essencial para diminuir a perda de nutrientes e a erosão, objetivo que pode ser atingido através da criação de condições para a infiltração da água no solo e de barreiras que possibilitem a acumulação de cinza.

A redução do caudal de cheia e o consequente aumento do tempo de concentração é possível recorrendo a técnicas de Engenharia Natural denominadas como barragens de correção torrencial.

No caso de reconversão florestal do eucalipto, o ideal será adiar a operação de remoção das toças até ao verão seguinte com o objetivo de garantir uma cobertura vegetal mínima que proteja o solo da erosão.

Em povoamentos de resinosas (pinheiro bravo, pinheiro manso, pinheiro silvestre, pseudotsuga) e/ ou eucaliptos devem ser cortadas todas as árvores cuja copa se encontre completamente afetada.

Em povoamentos de folhosas caducifólias (freixo, choupo, bétula, carvalho alvarinho, carvalho negral) e não caducifólias (sobreiro e azinheira) deve deixar-se passar uma Primavera para um diagnóstico rigoroso do estado das árvores antes de decidir sobre a sua remoção.

Deve-se também considerar a possibilidade de efetuar uma extração seletiva não removendo as árvores queimadas em zonas altamente suscetíveis à erosão (por exemplo, em grandes declives ou em solos mais propensos à erosão).

Quanto aos projetos de rearboreção e silvicultura preventiva estes deverão ser resultado de uma avaliação das funções dos espaços florestais e dos modelos de silvicultura, de organização territorial e de infraestruturação mais adaptados a cada caso, os quais deverão ser definidos com base nas avaliações do efeito do fogo nos ecossistemas e da potencialidade das estações; na integração das condicionantes socio-territoriais, incluindo as decorrentes dos planos municipais, planos florestais e planos especiais para além da legislação geral; e do conhecimento da vontade e das expectativas dos proprietários (CNR, 2005).

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais passam por remover a madeira morta das áreas e promover a reflorestação por forma a fixar os solos e a voltar a criar riqueza paisagística e económica. Contudo durante a vigência do plano poderá ser necessária a inclusão de intervenção nas mesmas áreas ou em áreas diferentes, bem como a identificação dos responsáveis e participantes.

5.5. Eixo 5 - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

Este eixo assenta no pressuposto de que para a proteção das pessoas, dos seus bens, da floresta e do ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção de proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.

Objetivo Estratégico	 Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios.
Objetivos Operacionais	 Fomentar as operações de Defesa da Floresta Contra Incêndios e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações
→ Identificar as entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações; → Planificar a formação das entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios; → Promover a articulação entre entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, visando a melhoria qualitativa da informação contida no Plano Operacional Municipal; → Elaborar o cronograma de reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; → Estabelecer a data de aprovação do Plano Operacional Municipal, que não deve ultrapassar 15 de abril; → Definir o período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Operacional Municipal.

5.5.1. Avaliação

FORMAÇÃO

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar. Assim sendo, no quadro seguinte encontramos a identificação das necessidades de formação e do número de elementos por cada entidade.

Quadro 19. Identificação das necessidades de formação dos agentes locais do SDFCI

Entidades	Número de Elementos	Necessidades de Formação
SMPC GTF Responsáveis municipais pela manutenção e elaboração de FGC	4	Formação em SIG aplicado à DFCI; Planeamento municipal DFCI; Implementação e gestão de FGC.
Presidentes de Juntas de Freguesia	5	Formação base no âmbito da DFCI

5.5.2. Planeamento das Ações Referentes ao 5.º Eixo Estratégico

ORGANIZAÇÃO SDFCI

Na sequência do que tem vindo a ser desenvolvido ao longo deste Plano, deve-se articular o processo de combate aos incêndios florestais entre todos os agentes e entidades intervenientes, para que as ações sejam atempadas e prudentes. Neste sentido, deve haver uma capacidade de gestão integrada para a monitorização das ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A estrutura orgânica e funcional visa:

- aperfeiçoar do sistema municipal de deteção e de comunicação de incêndios florestais;
- reforçar da autoridade e da vigilância nos espaços florestais, demovendo os comportamentos de risco, o corte e a remoção de biomassa vegetal combustível em áreas estratégicas;
- reforçar da formação dos agentes intervenientes em matéria de prevenção, incluindo a primeira intervenção e a sensibilização e informação da população, de forma a diminuir os riscos de eclosão e propagação do fogo, promovendo a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial.

Na operacionalização de todos os meios e recursos é necessário fomentar a intervenção no ordenamento e na gestão florestal, tendo por base os Planos Regionais de Ordenamento Florestal e os Planos de Gestão Florestal.

No concelho de Arraiolos a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) constitui o elo de ligação das várias entidades e converge no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios a orientação das diferentes ações adequadas às políticas e orientações específicas de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos é constituída pelos seguintes membros:

- ❖ O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante;
- ❖ Representante do Corpo de Bombeiros de Arraiolos;
- ❖ Representante das Juntas de Freguesia;
- ❖ GNR - Destacamento Territorial de Estremoz;
- ❖ Regimento de Cavalaria n.º 3;
- ❖ Representante do ICNF, I. P.;
- ❖ SUBERÉVORA - Associação de Produtores Florestais da Região de Évora.

As Entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios têm as seguintes competências:

Quadro 20. Competências de coordenação e competências significativas na implementação das diferentes ações

Câmara Municipal de Arraiolos
→ Presta o apoio necessário na disponibilização através da coordenação operacional do SMPC, de meios, recursos, pessoal e apoio logístico das operações de combate a incêndios florestais; → O presidente da Câmara Municipal ou o vereador do pelouro assume, quando acionado o Plano de Emergência Municipal nos termos da legislação e diretivas operacionais, a direção das operações e a coordenação institucional dos serviços e agentes no âmbito da CMPC; → Cabe ao presidente da Câmara Municipal declarar as situações de Alerta e divulgação de avisos à população de acordo com o índice de risco de incêndio, coordenando a nível local, as ações de DFCl, a sinalização de infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta bem como o desenvolvimento de ações de sensibilização da população.
Serviço Municipal de Proteção Civil
→ Garante em sede de POM a coordenação de todas as entidades intervenientes; → Operacionaliza as ações de silvicultura preventiva, nomeadamente a limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos e criação de zonas de descontinuidade; → Operacionaliza as campanhas de sensibilização das populações; → Desenvolve e coordena todas as tarefas e apoio logístico necessário á sustentação das operações e previsto na legislação e diretivas em vigor da responsabilidade e no âmbito das competências da Câmara Municipal; → Apoia o Teatro de Operações (TO), envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças dos Bombeiros em reforço da sua Área de Atuação (AA); → Acompanha todas as ocorrências de modo a manter os responsáveis municipais informados; → Assegura e acompanha as funções e atribuições do Gabinete Técnico Florestal tendo em conta que o mesmo se encontra integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.
Guarda Nacional Republicana
→ Cumpre todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas, em conformidade com a Diretiva Operacional própria; → Realiza ações de prevenção, vigilância, deteção e fiscalização, e de condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens no interior de zonas críticas bem como missões de fiscalização sobre o uso do fogo, queima de sobrantes, realização de fogueiras e a utilização de artefactos pirotécnicos, procedendo ainda à investigação das causas dos incêndios; → Acompanha as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCl; → Assegura, no período crítico, um patrulhamento permanente na sua área de atuação; → Exerce na sua área de atuação ações de apoio de forma a garantir a segurança nas ações de combate aos incêndios no que respeita ao condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência na zona do sinistro de modo a facilitar a movimentação dos meios de apoio às operações; → Apoia na evacuação de populações em perigo; → Garante o funcionamento da Rede Nacional de Postos de Vigia de acordo com o calendário estipulado.

Quadro 19. Competências de coordenação e competências significativas na implementação das diferentes ações (continuação)

Bombeiros Voluntários de Arraiolos
→ Desenvolve todas as ações que conduzam a uma imediata intervenção terrestre ou aérea e ao rápido domínio e extinção de incêndios florestais, potenciando permanentemente a atuação articulada do dispositivo, bem como as respetivas operações de rescaldo e de vigilância ativa pós-rescaldo, garantindo a consolidação da extinção; → Compete a um elemento de comando do Corpo de Bombeiros, com a responsabilidade da área onde decorre o incêndio florestal, a função de Comandante de Operações de Socorro (COS); → Disponibiliza, diariamente ao Comando Distrital das Operações de Socorro (CDOS), o respetivo quadro de meios que estejam prontos para a intervenção; → Assume o apoio logístico de alimentação do pessoal, reabastecimento de viaturas com água e combustível. Logo que o incêndio evolua o COS deverá envolver o Serviço Municipal de Proteção Civil no apoio logístico mais diferenciado às forças de socorro e entidades técnicas de apoio de forma a garantir-se a sustentação das operações de combate por várias horas.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
→ Coordena as ações de educação, sensibilização e informação pública desenvolvidas pelas entidades públicas ou privadas, numa estratégia de comunicação integrada dirigida para o grande público, para grupos específicos da população, e para a população escolar; → Assegura, através do Oficial de Ligação do ICNF, apoio técnico especializado ao CDOS e SMPC, através de disponibilização de informação técnica de apoio à decisão; → Elabora e divulga a cartografia de apoio à decisão para utilização do CDOS, e disponibiliza relatórios sobre incêndios florestais; → Presta apoio técnico relativamente aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas ações de recuperação e reabilitação dos espaços florestais de forma a garantir a integridade dos ecossistemas intervencionados e na definição das estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.
Juntas de Freguesia
→ Acompanha de perto as intervenções definidas para cada uma das freguesias do concelho e esclarece a população sobre a utilidade das ações postas em prática; → Compete, também às juntas de freguesia alertar a CMDFCI para aspetos que precisem ser considerados ou alterados e garantir a permanente atualização do inventário de meios disponíveis; → Colabora com a Câmara Municipal nas ações de apoio logístico às operações, na divulgação de informação à população, em ações de sensibilização assim como a difundir os avisos à população de acordo com o risco de incêndio; → Pode criar grupos de auto defesa dos aglomerados populacionais com o respetivo Kit de primeira intervenção, salvaguardando sempre a formação do pessoal para que possam atuar em segurança, grupos estes que trabalharão em estreita articulação operacional com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

O programa de formação estabelecido no próximo quadro visa potenciar os elementos das diversas entidades.

Quadro 21. Orçamento do programa de formação

Programa de Formação	Entidades Alvo	Número de Participantes	Orçamento				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Planeamento Municipal no Âmbito da DFCI	CMA			*			
Manutenção e Gestão das FGC	CMA				*		
Formação de Base no Âmbito da DFCI	Juntas de Freguesia					*	

(*)- Os valores foram solicitados, mas até à data não foram fornecidos.

O correto funcionamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios passará pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades que a compõem e pela realização de reuniões que permitam àquelas entidades acompanhar de perto o evoluir das operações e definir estratégias conjuntas de ação.

A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de cada uma das entidades que têm a seu cargo ações definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim como a apresentação e discussão de propostas.

Neste sentido, definiu-se que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho de Arraiolos terá pelo menos duas reuniões anuais: uma em Março para aprovação do Plano Operacional Municipal e uma em Outubro para balanço da época crítica de incêndios.

Quadro 22. Calendarização da atividade da CMDFCI

Reunião da CMDFCI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Ano 1			X							X		
Ano 2			X							X		
Ano 3			X							X		
Ano 4			X							X		
Ano 5			X							X		

De acordo com o Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, estabelece-se que o período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arraiolos será de 5 anos.

São vários os elementos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que necessitam de atualização e revisão decorrentes das mutações existentes no território ao nível do uso do solo (construção, reflorestações, etc.), áreas percorridas pelos incêndios florestais e das alterações produzidas pelo Plano Operacional Municipal, podendo a sua monitorização ser anual, no entanto a sua revisão será efetuada num período máximo de 5 anos.

A monitorização e revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser da responsabilidade desta Comissão e a sua elaboração e revisão fica a cargo do Gabinete Técnico Florestal.

6. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

Este orçamento permite ao município de Arraiolos ter uma estimativa do investimento em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios por eixo estratégico, para cada ano do período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Contudo, uma vez que estamos perante diversas entidades, propõe-se que cada uma delas elabore uma proposta de orçamento, de modo a ter uma estimativa do valor total de implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

ORÇAMENTO TOTAL

Quadro 23. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

Eixos	Orçamento (€)					Total Eixo
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1º Eixo	92.495,18	81.831,07	93.474,19	70.267,73	91.107,90	429.176,07
2º Eixo	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.000
3º Eixo	*	*	*	*	*	*
4º Eixo	*	*	*	*	*	*
5º Eixo	*	*	*	*	*	*
TOTAL	97.495,18	86.831,07	98.474,19	75.267,73	96.107,90	454.176,07

(*)- Os valores foram solicitados, mas até à data não foram fornecidos.

7. Bibliografia

AFN, (2012) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Guia Técnico. Direção de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Alcoforado, M. J. et al. (1993) - Domínios bioclimáticos em Portugal: definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Alonso, M. et al., (2004) - Guia para la elaboración de estudios del medio físico, Contenido y metodología, Séries monográficas, 5.ª reimpressão, Ministerio Fomento, Centro de Publicaciones, Madrid.

Almeida, et al., (1995) - Relatório do Projeto-piloto de Produção de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal, Centro Nacional de Informação Geográfica, Lisboa, 1995.

Câmara Municipal de Évora (2014) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Caderno I e Caderno II. Évora.

Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta (2014) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Caderno I e Caderno II. Freixo de Espada à Cinta.

Câmara Municipal de Proença a Nova (2014) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Caderno I e Caderno II. Proença a Nova.

Cancela d'Abreu, A., (1989) - Caracterização do sistema biofísico com vista ao ordenamento do território, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora.

Castro, et al. , (2001) - Los bosques ibéricos: una interpretación geobotánica, Planeta, Barcelona.

Chasco, Casildo, (1999) - Biogeografía y edafogeografía, Editorial Sintesis, Madrid.

CNR, (2005) - Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa.

Comissão Nacional de Reflorestação, (2005) - Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003 e 2004, MADRP/SEDRF, Lisboa.

Cooke, R.U. e Doornkamp, J. C., (1974) - Geomorphology in environmental management – an introduction, Claredon Press, Oxford.

Correia, Alexandre Vaz e Oliveira, Ângelo Carvalho, (1999) - Principais Espécies Florestais com Interesse para Portugal – zonas de influência mediterrânica, Estudos e Informação, nº 318, Direção Geral das Florestas, Lisboa.

Costa, et al., (1998) - Biogeografia de Portugal Continental, Revista Quercetea, nº0, pp.5-47.

Daveau, S. et al., (1994) - Geografia de Portugal; II O Ritmo Climático e a Paisagem, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

Daveau, Suzanne, (2000) - Portugal Geográfico, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

Fernandes, P., (s/d) - Tabelas de avaliação da combustibilidade e severidade do fogo em povoamentos florestais. In Sistemas de Gestão florestal sustentável. Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável, in: <http://www.naturlink.pt>.

Fernandes, P., H. Gonçalves, C. Loureiro, M. Fernandes, T. Costa, M. G. Cruz, H. Botelho, (2009) - Modelos de combustível florestal para Portugal. Pp. 348-354, In Atas do 6º Congresso Florestal Nacional. SPCF, Lisboa.

Gabinete Técnico Florestal (2014) - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Caderno I e Caderno II. Câmara Municipal de Sousel. Sousel.

Garcia, F., (1996) - Manual de climatologia aplicada: clima, medio ambiente y planificación, Espacios y sociedades-Serie mayor 2, Editorial Síntesis, Madrid.

Lacoste, Alain; Salanon, Robert, (1981) - Biogeografia, Edições Oikos-Tau S.A., Barcelona.

Lema, P, e Rebelo, F., (s/d) - Geografia de Portugal: meio físico e recursos naturais, Universidade Aberta, Porto.

Lencastre A., Franco F. M., (1992) - Lições de Hidrologia, Universidade Nova de Lisboa.

Louro, G.; Marques, H. e Salinas, F., (2002) - Elementos de apoio à elaboração de projetos florestais, Coleção Estudos e Informação nº320, DGF, Lisboa.

Louro, V., (2003) - Princípios de boas práticas florestais, DGRF, Lisboa.

Macedo, F. e Sardinha, A., (1993) - Fogos Florestais, 1ª volume, 2ª edição Publicações Ciência e Vida, Lda., Lisboa.

Magalhães, M. R., (2001) - A arquitetura paisagista - morfologia e complexidade, 1ª edição, Editorial Estampa, Lisboa.

Manzaneque, Fernando Gómez, et al., (1996) - Los Bosques Ibéricos; una interpretación geobotánica, Editorial Planeta, Barcelona.

Monteiro Alves, A., (1988) - Técnicas de Produção Florestal, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

Pardal, S. et al., (2002) - Espaços silvestres, Normas Urbanísticas, Volume IV, DGOTDU, pp.193-226.

8. Acrónimos

A		
AA	Área de Atuação	
AHBVA	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos	
AMT	Alta e Média Tensão	
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil	
B		
BVA	Bombeiros Voluntários de Arraiolos	
C		
CAOF	Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais	
CB	Corpo de Bombeiros	
CDOS	Comando Distrital das Operações de Socorro	
CM	Câmara Municipal	
CMA	Câmara Municipal de Arraiolos	
CMDFCI	Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	
CNOS	Comando Nacional das Operações de Socorro	
CNR	Conselho Nacional de Reflorestação	
COS	Carta de Ocupação do Solo	
D		
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios	
DGRF	Direção Geral dos Recursos Florestais	
E		
ECIN	Equipa de Combate a Incêndios Florestais	
EDP	Energias de Portugal	
EIP	Equipa de Intervenção Permanente	
ELAC	Equipa Logística de Apoio ao Combate	
EN	Estrada Nacional	
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas	
EPF	Equipa de Proteção Florestal	
EPNA	Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente	
ER	Estrada Regional	
F		
FGC	Faixa de Gestão de Combustível	
FIC	Faixa de Interrupção de Combustível	
FRC	Faixa de Redução de Combustível	
G		
GNR	Guarda Nacional Republicana	
GTF	Gabinete Técnico Florestal	

I		
	IC	Itinerário Complementar
	ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
	IP	Itinerário Principal
	IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
J		
	JF	Junta de Freguesia
L		
	LEE	Local Estratégico de Estacionamento
M		
	MAT	Muito Alta Tensão
	MNT	Modelo Numérico de Terreno
	MPGC	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
N		
	NFFL	<i>Northern Forest Fire Laboratory</i>
P		
	PDDFCI	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	PDM	Plano Diretor Municipal
	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	POAD	Plano de Ordenamento da Albufeira do Divor
	POM	Plano Operacional Municipal
	PSP	Polícia de Segurança Pública
	PRN	Plano Rodoviário Nacional
	PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
	PROF AC	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central
R		
	RDFCI	Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	REN	Redes Energéticas Nacionais
	RPA	Rede de Pontos de Água
	RVF	Rede Viária Florestal
S		
	SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza
	SDFCI	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	SGIF	Sistema de Gestão de Incêndios Florestais
	SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
T		
	TO	Teatro de Operações

Anexo

Intervenções previstas na Rede de Pontos de Água

ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
513	Ilha Fria e Anexas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
514	Ilha Fria e Anexas_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
515	Monte da Horta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
516	Courela Granada da Anta	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
517	Courela Granada da Anta_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
518	Quinta do Funchal	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
519	Donzelas	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
520	Monte da Vinha	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
521	Quinta do Outeiro	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
522	Courela da Granada da Anta	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1799	Cabeceira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1800	Monte Novo	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1801	Herdade de Mendo Marco de Cima_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1802	Herdade de Mendo Marco de Cima_4	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1803	Herdade de Mendo Marco de Cima_5	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1804	Herdade de Mendo Marco de Cima_6	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1805	Herdade de Mendo Marco de Cima_7	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1806	Monte Novo_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2073	Quinta Nova_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2074	Monte do Pomar	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2075	Herdade Vale Melão_7	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2076	Herdade Vale Melão_8	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2077	Herdade Vale Melão_9	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
1459	Claros Montes - Abóboda	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1460	Claros Montes	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1461	Caeirinha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1462	Caeira	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1463	Carrascal	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1464	Murteirinha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1465	Bardeira	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1466	Nascente	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1467	Nascente_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1468	Monte Vale de Mouro	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1469	Monte da Azinheira de Tera	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1470	Serva	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1471	Preta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1472	Monte da Tourega	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1473	Monte Velho da Tourega	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1474	Monte Velho da Tourega_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1475	Monte da Tourega_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1476	Santo Espirito	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1477	Soeiros	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1478	Soeiros_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1479	Monte das Estacas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1480	Monte das Estacas_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1481	Monte das Estacas_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1482	Monte das Estacas_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1483	Monte das Estacas_4	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1484	Broa	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1485	Místicas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1486	Monte do Goucha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1487	Monte da Fragusta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1488	Monte da Venda Mouta	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1489	Monte da Venda Mouta_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1490	Monte da Venda Mouta_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1491	Monte da Venda Mouta_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1492	Monte da Venda Mouta_4	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1493	Monte da Venda Mouta_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1494	Monte da Venda Mouta_6	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1495	Monte da Venda Mouta_7	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1496	Monte da Venda Mouta_8	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1497	Monte da Venda Mouta_9	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1498	Monte da Venda Mouta_10	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1499	Monte da Mística	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1500	Monte da Mística_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1501	Monte da Fragusta_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1502	Monte da Fragusta_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1503	Monte da Fragusta_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1504	Vale da Pinta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1505	Santo Espirito_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1506	Herdade da Fragusta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1507	Vale da Pinta	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1508	Vale da Pinta_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1509	Vale da Pinta_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1510	Fragusta Nova	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1511	Fragusta Nova_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1512	Monte Belo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1513	Monte das Alvaruanes	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1514	Monte da Murata	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1515	Montinho	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1516	Monte das Alvaruanes_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1517	Landina	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1518	Landina_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1519	Herdade da Fragusta_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1520	Monte de Alvaruanes_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1521	Monte das Cavaleiras de Baixo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1522	Monte das Cavaleiras de Baixo_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1523	Monte das Cavaleiras de Cima	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1524	Monte da Venda da Escarpela	211	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1525	Defesa do Gato_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1526	Monte da Barrela	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1527	Monte da Boa Fé	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1529	Recheada	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1530	Monte da Almoinha	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1531	Monte da Almoinha_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1532	Monte da Almoinha_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1534	Monte da Cabeça Gorda	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1535	Monte da Granja	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1536	Monte dos Fretos	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1537	Monte da Serrana	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1538	Monte dos Fretos_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1539	Monte dos Fretos_2	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1540	Monte dos Fretos_3	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1541	Água todo o Ano_Monte da Vinha_1	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1542	Monte dos Fretos_4	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1543	Monte dos Fretos_5	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1550	Concelhos	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1544	Monte do Alcarou de Cima	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1545	Monte do Alcarou de Cima_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1546	Monte do Alcarou de Cima_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1547	Monte do Alcarou de Cima_3	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1548	Monte do Alcarou de Cima_4	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1549	Monte do Alcarou de Cima_5	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1551	Concelhos_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1552	Mata	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1553	Monte dos Prates	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1554	Monte dos Prates_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1555	Monte do Vale de Anta	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1556	Monte do Vale de Anta_1	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1557	Monte do Vale de Anta_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1558	Monte do Pé da Serra	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1559	Monte do Pé da Serra_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1560	Monte dos Concelhos	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1561	Monte dos Concelhos_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1562	Barrocal	115	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1563	Barrocal_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1564	Monte da Bardeira	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1565	Lage Branca	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1566	Loreta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1567	Monte do Pego	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1568	Murteira de Baixo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1569	Murteira de Baixo_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1570	Cabeça	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1571	Cabeça_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1577	Herdade da Chiada	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1578	Herdade da Chiada_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1579	Herdade da Chiada_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1572	Zambujeiro	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1573	Oliveira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1574	Quinta da Estrada	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1575	Vale Figueira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1576	Quinta Nova da Bardeira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1580	Herdade das Pedras	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1581	Herdade das Pedras_1	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1582	Herdade das Pedras_2	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1583	Herdade das Pedras_3	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1584	Herdade das Lajes	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1585	Herdade das Lajes_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1586	Herdade das Lajes_2	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1587	Quinta de Baixo	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1588	Quinta de Baixo_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1589	Quinta de Baixo_2	214	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1590	Herdade dos Alcaides	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1591	Herdade dos Alcaides_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1592	Herdade dos Alcaides_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1593	Herdade dos Alcaides_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1594	Herdade das Lajes_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1595	Herdade do Pé da Serra	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1597	Soeiros	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1598	Camareira	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1599	Montalvo da Bardeira	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1596	Monte do Serrano	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1600	Granital - Pedreira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1601	Granital - Pedreira_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1602	Granital - Pedreira_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1603	Granital - Pedreira_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1604	Montalvo da Bardeira_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1605	Montalvo da Bardeira_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1606	Montalvo da Bardeira_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1607	Monte do Morgado	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1608	Arrifes	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1609	Monte do Morgado_1	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1610	Monte do Morgado_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1611	Monte do Morgado_3	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1612	Monte da Pomba	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1613	Monte da Pomba_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1614	Murteirinha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1615	Murteirinha_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1616	Murteirinha_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1617	Murteirinha_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1618	Murteirinha_4	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1619	Murteirinha_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1620	Murteirinha_6	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1621	Monte da Salvada	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1622	Murteirinha_7	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1623	Murteirinha_8	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1624	Murteirinha_9	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1625	Murteirinha_10	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1626	Murteirinha_11	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1627	Murteirinha_12	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1628	Murteirinha_13	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1629	Murteirinha_14	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1630	Murteirinha_15	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1631	Murteirinha_16	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1632	Murteirinha_17	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1633	Murteirinha_18	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1634	São Gens	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1635	Vinha dos Caixeiros	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1636	Quinta da Ovelha	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1637	Barros	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1638	Leitões	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1639	Leitões_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1640	Leitões_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1641	Leitões_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1642	Herdade dos Caixeiros	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1646	Horta do Bocage	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1647	Courela do Montareco	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1648	Courela do Montareco_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1649	Courela do Montareco_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1643	Horta do Bocage_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1644	Horta do Bocage_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1645	Horta do Bocage_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1650	Monte da Charca - Pinguinhas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1651	Herdade da Cabeça	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1652	Herdade da Cabeça_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1653	Santo António	115	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1654	Outeiros Altos	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1655	Vimieiro	115	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1656	Vimieiro_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1657	Vimieiro_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1658	Freixo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1659	Vimieiro_3	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1660	Vimieiro_4	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1661	Quinta dos Azeméis	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1662	Aldeia do Rebocho	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1663	Penedos	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1664	Penedos_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1665	Aldeia do Rebocho_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1666	Teja	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1667	Viúvas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1668	Monte das Canas_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1669	Monte Velho	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1670	Monte das Canas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1671	Moinho da Palha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1672	Defesa do Gato	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1673	Moinho da Palha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1674	Moinho da Palha_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1675	Defesa do Gato	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1676	Defesa do Gato_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1677	Moinho Novo	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1678	Moinho Novo_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1679	Moinho Novo_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1680	Moinho Novo_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1681	Moinho Novo_4	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1682	Monte Ruivo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1683	Monte Ruivo_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1684	Herdade da Favacha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1685	Monte Ruivo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1686	Tourega	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1687	Tourega_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1688	Vidigão	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1689	Tourega	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1690	Montinho	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1691	Herdade da Favacha_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1692	Herdade da Favacha_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1693	Herdade da Favacha_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1694	Herdade da Favacha_4	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1695	Monte Branco	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1696	Herdade da Favacha_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1697	Monte da Coelha	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1698	Monte da Coelha Amarela	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1699	Monte Branco	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1700	Monte Branco_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1701	Pego do Sino	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1702	Monte do Seixalinho	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1703	Monte da Sarzeira	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1704	Cascalho	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1705	Peral do Meio	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1706	Monte do Seixo	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1707	Peral	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1708	Serrões	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1709	Serrões_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1710	Monte da Barroca	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1711	Monte da Barroca_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1712	Espadadeira	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1713	Espadadeira_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1714	Espadadeira_2	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1715	Monte da Vinha	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1716	Monte da Sarzeira	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1717	Porfias	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1718	Monte da Mata	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1719	Monte da Mata_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1720	Peral	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1721	Peral_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1722	Herdade do Bodeal da Rainha	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1723	Herdade da Murteira	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1724	Peral_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1725	Peral_3	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1726	Herdade da Murteira_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1727	Peral_4	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1728	Courela dos Peões	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1729	Courela dos Peões_1	214	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1730	Herdade da Murteira_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1731	Herdade da Murteira_3	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1732	Monte do Matão	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1733	Herdade dos Concelhos	113	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1734	Herdade dos Concelhos_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1735	Monte Novo da Copinha	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1736	Monte do Pequito	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1737	Monte do Godeal	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1738	Copinha	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1739	Herdade da Ponte	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1740	Herdade da Ponte_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1741	Herdade da Amendoeira	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1742	Herdade da Amendoeira_1	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1743	Herdade da Amendoeira_2	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1745	Herdade da Amendoeira_3	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1744	Herdade da Amendoeira_4	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1746	Seixo	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1747	Monte da Lapa	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1748	Monte Velho	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1749	Monte do Luís Nobre	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1750	Monte da Mousinha	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1751	Herdade dos Concelhos_2	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1752	Herdade dos Concelhos_3	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1753	Herdade do Pé da Serra	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1754	Herdade do Pé da Serra_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1755	Herdade dos Concelhos_4	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1756	Herdade dos Concelhos_5	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1757	Herdade dos Concelhos_6	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1758	Herdade dos Concelhos_7	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1759	Herdade das Arrolans	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1760	Herdade dos Concelhos_8	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1761	Courela do Lobo	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1762	Herdade dos Concelhos_9	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1763	Courela do Lobo_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1764	Aldeia da Serra	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1765	Herdade das Arrolans_1	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1766	Herdade das Pereiras	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1767	Herdade das Pereiras_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1768	Herdade das Pereiras_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1769	Herdade das Pereiras_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1770	Herdade da Laranjeira	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1771	Herdade de Vale de Paio	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1772	Herdade de Vale de Paio_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1773	Herdade de Vale de Paio_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1774	Herdade da Falcoeira	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1775	Monte da Falcoeira_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1776	Herdade da Amendoeira - S. Gregório	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1777	Monte do Benfica	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1778	Monte do Benfica_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1779	Moinho do Rebocho	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1780	Herdade dos Alcaides_4	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1781	Herdade dos Alcaides_5	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1782	Herdade dos Alcaides_6	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1783	Herdade dos Alcaides_7	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1784	Murteira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1785	Carrascal	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1786	Herdadinha	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1787	Herdadinha_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1788	Herdade das Arrolans_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1789	Quinta da Parreira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1790	Quinta da Aldeia	115	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1791	Gorda	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1792	Herdade dos Clérigos_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1793	Monte Novo das Figueirinhas	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1794	Mesquita	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1795	Herdade de Mendo Marco de Cima	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1796	Herdade de Mendo Marco de Cima_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1797	Herdade de Mendo Marco de Cima_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1798	Cabeça do Freixo	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1807	Monte Novo_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1808	Quinta do Fidalgo	115	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1809	Herdade da Abruheira Nova	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1810	Herdade da Abruheira Nova_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1812	Cuxada	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1811	Cuxada_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1813	Cuxada_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1814	Quinta do Fidalgo_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1815	Herdade da Carreteira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1816	Herdade da Carreteira_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1817	Herdade da Carreteira_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1818	Maganos	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1819	Maganos_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1820	Paço	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1821	Santana	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1822	Oliveira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1823	Oliveira_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1824	Courelas	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI

ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1825	Santa Luzia	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1826	Santa Luzia_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1827	Zambujeiro	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1828	Monte Novo_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1829	Monte Novo_4	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1830	Monte das Canas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1831	Outeiro	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1832	Outeiro_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1833	Monte das Postas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1834	Monte das Postas_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1835	Monte da Estalagem	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1836	Monte Novo - São Lourenço	214	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1837	Trombeira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1838	Monte das Canas	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1839	Monte das Canas_1	211	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1840	Aranha da Venda	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1841	Boavista	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1842	Boavista_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1843	Herdade da Aranha Nova	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1844	Herdade da Aranha Nova_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1845	Vale da Lage	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1846	Herdade da Negraxa	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1847	Herdade da Negraxa_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1848	Sabugueiro	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1849	Sabugueiro_1	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1850	Sabugueiro_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1852	Sabugueiro_3	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1851	Sabugueiro_4	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1853	Outeiro de Santa Clara	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1855	Horta da Açafroeira	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1854	Sabugueiro_5	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1856	Herdade da Estrelada	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1857	Santarém	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1861	Herdade da Negraxa_4	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1858	Herdade da Negraxa_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1859	Herdade da Negraxa_3	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1860	Malhada da Negraxa	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1862	Monte da Loba	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1863	Monte da Loba_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1864	Monte da Loba_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1865	Monte da Baldeira	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1866	Fonte das Perdizes	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1867	Fonte das Perdizes_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1868	Fonte das Perdizes_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1869	Monte das Coelhas	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1870	Almargem	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1871	Barrocal de Cima	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1872	Serrinha	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1873	Picanceiras	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1874	Picanceiras_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1875	Groal	214	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1876	Gafanhoeira (São Pedro)	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1877	Pego do Sino	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1878	Bela Palha	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1879	Bela Palha_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1880	Herdade da Marmeleira	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1881	Herdade da Marmeleira_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1882	Outeiro Ruivo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1883	Outeiro Ruivo_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
1884	Gafanhoeira (São Pedro)_1	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1885	Gafanhoeira (São Pedro)_2	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1886	Gafanhoeira (São Pedro)_3	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1887	Monte da Chaminé	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1888	Quinta Seca	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1889	Courelas da Picanceirinhas	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1890	Courelas da Picanceirinhas_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
1891	Courelas da Picanceirinhas_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1892	Quinta da Salvação	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1893	Zambujo	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1894	Zambujo_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1895	Romeira	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1896	Santana do Campo	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1897	Monte do Luis Nobre	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1900	Aduinha	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1898	Adua	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1901	Herdade da Adua_1	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1902	Herdade da Adua_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1903	Monte do Farrusco	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1904	Colos de Baixo	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1905	Herdade da Rabasqueira	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1906	Herdade da Rabasqueira_1	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1907	Herdade da Rabasqueira_2	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1908	Herdade da Rabasqueira_3	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1909	Colos de Cima	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1910	Horta da Barbilheira	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1911	Horta da Barbilheira_1	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1912	Palheiros	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1913	Água Boa	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1914	Água Boa_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1916	Mousinha	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1918	Monte da Parreira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1920	Mogos	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1922	Herdade da Oleirita	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1924	Adega das Ânforas	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1926	Monte do Porto	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1928	Monte Novo	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1930	Oleirita_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1932	Tapada do Barbeiro	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1915	Tapada do Barbeiro_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1917	Monte Vale Flor	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1919	Loios	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1921	Olival	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1923	Cabreira	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1925	Cabreira_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1927	Herdade do Figueiral	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1929	Herdade do Figueiral_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1931	Herdade do Figueiral_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1933	Herdade do Figueiral_3	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1934	Herdade do Figueiral_4	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1935	Herdade do Figueiral_5	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1936	Monte do Zé Gomes	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
1937	Arraiolos	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1938	Arraiolos_1	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1939	Mouras	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1940	Mouras_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1941	Herdade de Mendo Marco de Cima_8	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1942	Herdade de Mendo Marco de Cima_9	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1943	Herdade Mendo Marco de Baixo	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1944	Herdade Mendo Marco de Baixo_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1945	Herdade Mendo Marco de Baixo_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1946	Herdade Mendo Marco de Baixo_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1947	Casa Branca	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1948	Monte da Parreira	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1949	Horta da Oleira	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1950	Monte do Cabido	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1951	Monte da Carrasqueira	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
1952	Monte da Courela	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1953	Monte do Cabidinho	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1954	Cristãos Novos	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1955	Cristãos Novos_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1956	Cristãos Novos_2	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1957	Monte do Cabidinho	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1958	Monte do Cabidinho_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1959	Monte do Cabidinho_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1960	Monte do Pego	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1961	Monte do Porto	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1962	Monte do Porto_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1963	Quinta Nova	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1964	Monte do Porto	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1965	Monte do Porto_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1966	Monte do Porto_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1967	Herdade de Mendo Marco de Cima_10	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1968	Herdade de Mendo Marco de Cima_11	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1969	Herdade de Mendo Marco de Cima_12	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1970	Herdade de Mendo Marco de Cima_13	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1971	Herdade de Mendo Marco de Cima_14	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1972	Herdade de Mendo Marco de Cima_15	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1973	Herdade de Mendo Marco de Cima_16	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1974	Monte Novo d'El Rei_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1975	Monte Novo d'El Rei_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1976	Herdade da Comenda Grande	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1977	Herdade da Comenda Grande_1	115	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1978	Herdade de Mendo Marco de Cima_17	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1979	Monte Novo_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1980	Herdade da Comenda Grande_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1981	Herdade da Comenda Grande_3	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1982	Herdade da Comenda Grande_4	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1983	Herdade da Comenda Grande_5	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1984	Outeiro do Pintor	214	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1985	Outeiro do Pintor_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1986	Anuadinha	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1987	Herdade dos Coelhoiros	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
1988	Herdade dos Coelhoiros_1	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1989	Herdade do Borrazeiro	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1990	Herdade do Borrazeiro_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1991	Herdade do Borrazeiro_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1992	Herdade do Borrazeiro_3	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1993	Herdade dos Coelhoiros_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
1994	Monte Novo	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1995	Herdade da Parrachinha	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1996	Herdade da Parrachinha_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1997	Quinta da Comenda	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
1998	Quinta da Comenda	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
1999	Santa Justa	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2000	Santa Justa_1	214	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2001	Santa Justa_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2002	Santa Justa_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2003	Santa Justa_4	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2004	Santa Justa_5	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2005	Aldeia Vale do Pereiro	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2006	Aldeia Vale do Pereiro_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2007	Aldeia Vale do Pereiro_2	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
2008	Comenda de Cima	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2009	Cortiçal do Meio	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
1899	Fargela	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2010	Fargela_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2011	Represa	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
2012	Herdade de Santo Estevão	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2013	Herdade de Santo Estevão_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2014	Herdade do Testos	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2015	Herdade do Testos_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2016	Herdade das Hortas	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2017	Herdade das Hortas_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2018	Monte do Celeiro	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2019	Monte do Celeiro_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2020	Represa_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2021	Herdade das Oliveiras	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2022	Monte do Sargacinho	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2023	Monte do Sargacinho_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2024	Monte do Sargacinho_2	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2025	Monte das Luzes	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
2026	Pedra da Missa	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2027	Herdade das Oliveiras_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2028	Herdade das Oliveiras_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2029	Herdade das Oliveiras_3	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2030	Herdade das Carias	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
2031	Monte do Cabido	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
2032	Herdade das Carias_1	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
2033	Feiteira	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2034	Bolelas	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2035	Bolelas_1	214	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2036	Monte das Pedras	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2037	Santiago	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2038	Santiago_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2039	Santiago_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2040	Santiago_3	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2041	Arraiolos	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2042	Arraiolos_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2043	Arraiolos_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2044	Arraiolos_3	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2045	Arraiolos_4	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2046	Arraiolos_5	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2047	Ilhas	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2048	Ilhas_1	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2049	Ilhas_2	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2050	Ilhas_3	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2051	Ilhas_4	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2052	Ilhas_5	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2987	Ilhas_6	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2054	Ilhas_7	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2055	Ilhas_8	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
3899	Ilhas_9	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2057	Ilhas_10	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2058	Herdade Vale Melão	113	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2059	Ilhas_11	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2060	Ilhas_12	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2061	Ilhas_13	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2062	Hortas	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2063	Ilhas_14	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2064	Ilhas_15	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
2065	Herdade Vale Melão_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2066	Monte das Figueiras	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
3392	Monte do Melanito	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2067	Herdade Vale Melão_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2068	Herdade Vale Melão_3	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2069	Herdade Vale Melão_4	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2070	Herdade Vale Melão_5	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2071	Herdade Vale Melão_6	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2072	Quinta Nova	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
3390	Monte Vale de Melão de Cima	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2078	Herdade Vale Melão_10	115	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2079	Herdade Vale Melão_11	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2080	Herdade Vale Melão_12	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2081	Herdade da Chamboa	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2082	Herdade de Entreáguas	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2083	Herdade de Entreáguas_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2084	Herdade da Chainha	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2085	Herdade da Chainha_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2086	Herdade do Sobral	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2087	Barragem do Divor	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2088	Herdade do Borrazeiro	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2089	Herdade do Borrazeiro_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2090	Herdade do Borrazeiro_2	214	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2091	Monte da Raimunda	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2092	Monte da Raimunda_1	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2093	Monte da Raimunda_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2094	Monte da Raimunda_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2095	Herdade do Borrazeiro_3	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2096	Igrejinha	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2097	Igrejinha_1	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2098	Igrejinha_2	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2099	Igrejinha_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2100	Igrejinha_4	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2101	Igrejinha_5	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2102	Almo	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2103	Herdade da Fonte Branca	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2104	Herdade da Fonte Branca_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2105	Herdade da Fonte Branca_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2106	Monte do Rio Degebe	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2107	Herdade da Calada	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2108	Monte do Codeçal_1	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2109	Herdade da Calada_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2110	Herdade da Calada_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2111	Herdade da Calada_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2112	Herdade do Sobral	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2113	Herdade do Sobral_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2114	Herdade do Sobral_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2115	Courela do Sobral	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2116	Herdade dos Corneirinhos	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI

ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
2117	Herdade do Outeiro da Esquila	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2118	Herdade do Outeiro da Esquila_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2119	Herdade da Calada_4	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2120	Herdade do Outeiro da Esquila_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2121	Herdade de Vale de Figueiras	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2122	Monte do Rosmanilhal	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2123	Monte das Sete Chaminés	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2124	Herdade de Vale de Figueiras_1	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2125	Herdade de Vale de Figueiras_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2126	Herdade de Vale de Figueiras_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2127	Herdade de Vale de Figueiras_4	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2128	Herdade do Barrocal	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2129	Herdade do Barrocal_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2130	Herdade do Barrocal_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2131	Herdade do Barrocal_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2132	Herdade do Barrocal_4	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2133	Herdade do Outeiro da Esquila_3	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2134	Herdade do Outeiro da Esquila_4	211	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2135	Herdade do Outeiro da Esquila_5	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2136	Herdade do Outeiro da Esquila_6	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2137	Herdade do Outeiro da Esquila_7	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2138	Herdade do Outeiro da Esquila_8	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2139	Herdade do Outeiro da Esquila_9	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2140	Herdade do Outeiro da Esquila_10	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2141	Herdade do Outeiro da Esquila_11	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
2142	Herdade do Outeiro da Esquila_12	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2143	Herdade do Outeiro da Esquila_13	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2207	Monte do Sobral_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2888	Monte Novo	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
2889	Monte Novo_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2890	Vale da Lage	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4102	Defesa do Gato_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4103	Monte da Boa Fé_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4075	Fragusta Nova_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4088	Monte das Cavaleiras de Cima_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4165	Monte da Coelha Alta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4166	Monte da Coelha Alta_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4167	Monte da Coelha Alta_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4168	Monte da Coelha Alta_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4169	Monte da Coelha Alta_4	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4170	Monte da Coelha Alta_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4171	Monte da Coelha Alta_6	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4172	Monte da Coelha Alta_7	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4173	Monte da Coelha Alta_8	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4174	Monte da Coelha Alta_9	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4204	Marmeleira	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4205	Marmeleira_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4206	Marmeleira_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4263	Claros Montes_1	114	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4264	Carrascal_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4265	Místicas_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4266	Monte da Mística_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4267	Monte da Mística_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4268	Monte da Mística_4	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4269	Monte da Venda Mouta_11	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4270	Monte da Venda Mouta_12	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4277	Monte das Cavaleiras de Cima_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4278	Monte da Tourega_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
4280	Landina_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4279	Monte de Alvaruanes_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4281	Defesa do Gato_4	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4282	Defesa do Gato_5	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4283	Vale da Pinta_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4284	Monte S. Bárbara das Bardeiras	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4285	Santa Cruz	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4286	Monte do Serrano	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4287	Quinta da Ovelha_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4288	Aldeia do Rebocho_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4289	Herdade dos Caixeiros_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4290	Granital - Pedreira_4	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4291	Monte do Serrano	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4292	Montalvo da Bardeira_4	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4293	Montalvo da Bardeira_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4566	Igrejinha_8	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4567	Igrejinha_9	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4568	Igrejinha_10	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4569	Igrejinha_11	113	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4570	Igrejinha_12	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4571	Igrejinha_13	113	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4572	Igrejinha_14	113	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4573	Igrejinha_15	113	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4574	Igrejinha_16	113	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4575	Vila Ladra	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4576	Vila Ladra_1	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4577	Vila Ladra_2	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4578	Vila Ladra_3	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4579	Vila Ladra_4	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4580	Canas Verdes	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4581	Casa dos Pintos	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4582	Casa dos Pintos_1	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4583	Casa dos Pintos_2	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4584	Pombal	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4308	Monte da Perdiz	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4309	Monte da Perdiz_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4310	Chotas	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4311	Agulha	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4312	Monte da Perdiz_2	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4313	Freixo_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4314	Monte do Morgado_4	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4315	Monte do Morgado_5	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4316	Monte do Morgado_6	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4317	Monte do Morgado_7	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4318	Monte do Morgado_8	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4319	Monte do Vale de Anta_3	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4323	Cabeça_2	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4326	Teja_1	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4324	Vimieiro_5	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4325	Vimieiro_6	114	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4327	Vimieiro_7	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4328	Vimieiro_8	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4329	Vimieiro_9	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4330	Vimieiro_10	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4331	Vimieiro_11	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4332	Quinta dos Azemeis_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4333	Quinta dos Azemeis_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4334	Monte das Pombas_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
4335	Bardeiras	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4336	Monte das Pedras	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4337	Lajes_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4338	Cuco	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4339	Monte do Vale da Anta_4	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4340	Cuco_1	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4341	Cuco_2	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4342	Murteirinha_10	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4343	Murteirinha_11	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4344	Murteirinha_12	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4346	Lavadores	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4347	Lavadores_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4345	Murteirinha_13	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4349	Quinta da Horta	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4348	Boavista	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4350	Horta de São Pedro	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4351	Horta de São Pedro_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4352	Horta de São Pedro_2	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4353	Monte das Canas_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4354	Tourega_3	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4355	Viúvas	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4356	Quinta dos Azeméis	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4357	Pastagueira	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4358	Lajes_4	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4359	Lajes_5	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4360	Monte do Pé da Serra_2	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4361	Monte do Pé da Serra_3	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4362	Monte do Pé da Serra_4	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4381	Fretos	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4382	Monte do Matão_1	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4383	Abrunheira da Prata	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4384	Abrunheira da Prata_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4385	Monte das Canas_4	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4386	Monte das Canas_5	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4387	Bela Palha_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4388	Aranha da Venda_1	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4389	Monte das Canas_6	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4390	Monte da Murteira_4	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4391	Monte Novo_11	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4392	Monte dos Concelhos_4	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4393	Monte dos Concelhos_5	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4394	Monte da Mata_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4395	Copinha	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4396	Copinha_1	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4397	Monte das Arrolans_3	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4398	Outeiro_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4399	Monte das Postas_2	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4400	Monte do Manuel João	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4401	Marmeleira_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4402	Courela Granada da Anta_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4403	Quinta do Funchal_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4404	Quinta do Funchal_2	114	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4405	Copinha_2	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4406	Copinha_3	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4407	Seixo_3	113	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4408	Monte da Laranjeira	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4409	Aldeia da Serra_1	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
4410	Pedra Alta	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
4411	Herdade dos Clérigos	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4412	Vale de Paio	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4413	Monte da Ponte_2	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4414	Monte da Lapa_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4415	Monte da Falcoeira_2	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4416	Valdejanito	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4417	Valdejanito_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4418	Monte Novo d'El Rei	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4419	Monte do Álamo	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4420	Monte do Luís Nobre_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4421	Espadaneira_3	113	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4422	Arvorada	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4423	Sabugueiro_6	113	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4424	Sabugueiro_7	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4425	Sabugueiro_8	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4426	Sabugueiro_9	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4427	Sabugueiro_10	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4428	Espadaneira_4	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4429	Sabugueiro_11	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4430	Monte da Mousinha_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4431	Mousinha_1	211	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4432	Moinho do Rebocho_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4433	Herdade dos Piques	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4434	Monte Novo d'El Rei_3	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4435	Monte da Parrachinha_2	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4436	Monte das Amendoeiras	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4437	Monte Farrusco_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4439	Horta da Oleira_1	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4440	Monte do João da Laranjeira	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4441	Comenda Grande_6	114	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4442	Comenda Grande_7	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4443	Quinta da Oleira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4444	Monte do Cabido_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4445	Quinta da Oleira_1	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4446	Monte dos Mogos_1	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4447	Santarém_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4452	Santarém_2	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4453	Monte do Almargem	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4454	Aldeia Vale do Pereiro_3	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4455	Aldeia Vale do Pereiro_4	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4456	Aldeia Vale do Pereiro_5	113	T	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
4457	Gafanhoeira (São Pedro)_4	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4458	Gafanhoeira (São Pedro)_5	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4459	Gafanhoeira (São Pedro)_6	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
4460	Monte da Chaminé_1	113	T	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
4464	Monte da Loba_3	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4465	Horta do Monte Novo	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4466	Monte do Cabidinho_3	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4468	Herdade dos Coelhoiros	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
4469	Monte do Olival_2	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4470	Olival_4	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4471	Pequenina	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4541	Arraiolos_6	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4542	Arraiolos_7	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4543	Arraiolos_8	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4544	Arraiolos_9	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4545	Arraiolos_10	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4546	Arraiolos_11	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4547	Arraiolos_12	113	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4548	Arraiolos_13	113	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4549	Arraiolos_14	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4550	Arraiolos_15	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4551	Arraiolos_16	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4552	Monte Vale de Melão do Meio_6	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4553	Monte Vale de Melão do Meio_7	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4554	Herdade dos Coelhoiros_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4556	Monte do Codeçal	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4557	Quinta Nova_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4558	Quinta Nova_3	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4559	Água Boa_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4560	Ilhas_10	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4561	Monte Vale de Melão de Cima_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4562	Monte do Codeçal_2	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4564	Igrejinha_6	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4565	Igrejinha_7	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4586	Bolelas_2	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4587	Bolelas_3	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4588	Bolelas_4	113	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4589	Herdade da Anta	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4591	Herdade da Anta_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4621	Calada_5	113	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4622	Calada_6	115	T	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4629	Monte do Outeiro da Esquila_14	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
4630	Monte do Mortal_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4631	Monte do Mortal_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
0	Monte dos Corneirinhos_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4670	Monte dos Corneirinhos_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
7910	Herdade da Ponte_2	214	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
7911	Monte das Pedras_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
8323	Outeiro de Santa Clara_1	211	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9468	Monte das Místicas_5	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9469	Místicas_2	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9470	Místicas_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9471	Místicas_4	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9472	Místicas_5	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9473	Místicas_6	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9474	Místicas_7	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9475	Monte da Azinheira	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9477	Vimieiro_12	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9478	Vimieiro_13	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN



Câmara Municipal de Arraiolos
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios



ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO_PA	CLASSE_PA	FREGUESIA	MAN - Manutenção ESI - Existente - sem intervenção				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
9479	Monte Ruivo_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9480	Viúvas	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9481	Cinco Dados	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9482	Vimieiro_14	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9483	Quinta dos Azeméis_3	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9485	Granacha	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9484	Murteirinha_19	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9486	Herdade dos Concelhos_10	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9487	Monte Branco	214	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9488	Monte das Canas_7	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9489	Monte do Panema	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9490	Herdade da Marmeleira_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9491	Herdade da Marmeleira_2	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9492	Monte da Mata_3	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9493	Herdade da Marmeleira_3	113	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
9494	Estação do Vimieiro	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9495	Estação do Vimieiro_1	113	T	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9496	Monte do Godeal do Outeiro	113	M	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
9497	Herdade da Amendoeira_5	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9498	Trombeira_1	211	M	Vimieiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9499	Monte Velho_1	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
9500	Monte da Ribeira	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9502	Monte do Farrusco_1	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9501	Monte da Ribeira_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9503	Quinta da Oleira_1	214	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9504	Monte da Regaleira	113	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9505	Santa Justa_6	211	M	S. Gregório e Sta. Justa	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9506	Courelas da Picanceirinhas_3	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
9507	Monte da Loba_2	214	M	Gafanhoeira e Sabugueiro	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9508	Herdade do Figueiral_1	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9509	Herdade dos Coelhoos_1	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9510	Herdade do Borrazeiro_4	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9511	Herdade do Borrazeiro_5	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9512	Monte da Samina	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9513	Monte da Samina_1	211	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9514	Horta dos Mosqueiros	113	T	Arraiolos	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
9515	Vila Maria	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9516	Vila Ladra_5	113	T	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9517	Herdade Vale Melão_13	211	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9518	Herdade da Anta	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9519	Balanqueira	214	M	Arraiolos	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9520	Herdade da Calada_5	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9521	Herdade da Caínha_2	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9522	Herdade da Calada_6	214	M	Igrejinha	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI